

TESE 1

FORTALECER a organização sindical para RECONQUISTAR direitos e RECONSTRUIR os serviços públicos

No centro de nosso Congresso está o resgate dos sindicatos gerais, a forma de organização mais adaptada para construir a unidade de todos os servidores e empregados públicos federais, uma unidade mais necessária do que nunca para enfrentar o desafio da complexa situação em que nos encontramos.

1. CONTEXTO SÓCIO ECONÔMICO E POLITICO INTERNACIONAL

1.1- Crise profunda do capitalismo, super exploração, e fascismo e guerras como respostas

Importantes analistas, avaliam que o capitalismo, nos últimos quinze anos, atravessou duas grandes recessões, uma em 2008/2009, com a chamada crise dos *subprimes*, originada nos Estados Unidos, e outra, mais recente, com a pandemia da Covid 19, em 2020 e 2021.

Ele entendem que a crise é contínua e só não se transformou em uma nova grande depressão, principalmente no primeiro caso, porque ficou patente que o neoliberalismo não é sempre sinônimo de “menos Estado”, mas de recursos de Estado direcionados aos mais ricos.

Naquele momento, quando foi preciso expandir gastos e créditos para socorrer os bancos e os grandes investidores, as restrições impostas ao ativismo estatal foram facilmente rompidas; ao contrário de quando o objeto são as áreas sociais, quando imediatamente os cantos do neoliberalismo são relembrados e entoados por políticos, acadêmicos e mídias.

A globalização, sob o manto da ideologia neoliberal, reconcentrou renda, riqueza nas mãos daqueles que já a possuíam e, para tal, impôs mais arrocho aos trabalhadores. Adotando a tese da crise contínua, os temores de uma nova recessão global continuam em alta. Isto fica claro na medida em que a área do euro teve dois semestres de queda e uma contração em seu PIB de +1,8% em 2022 para +1 em 2023.

A economia estadunidense também apresenta perda de dinamismo. Aliado a esses fatores e ao protecionismo das nações europeias, a guerra na Ucrânia tem reforçado a

deterioração da renda e os níveis de endividamento geral – público e privado – conduzindo a uma clara desaceleração da economia e estresse financeiro.

A agência Focus Economicus indica que “a economia global desfalecerá este ano devido ao aperto da política monetária. No entanto, suprimentos globais, mercados de trabalho robustos e crescimento mais forte na China limitará essa desaceleração”. Isso nos permite assegurar que o mundo ingressou numa delicada fase de transição na correlação de forças da economia política, promovida pelo desenvolvimento desigual das nações, e a polarização do cenário político que se verifica não só na América Latina, mas em outras regiões do planeta.

A crise econômica mundial é uma crise de desagregação do mercado mundial que a principal potência, os EUA é obrigada a tentar contornar o que tem como resultado trazer todas as contradições desse mercado em crise para o interior de uma economia estadunidense em decadência. A vertiginosa ascensão do chamado “socialismo de mercado” chinês, estimulado por seu extraordinário crescimento, acompanhado pela emergência de outras economias de peso, como as que compõem o BRIC (Brasil, China, Rússia e Índia) e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), não são suficientes para, por si, superar a crise do capitalismo ao mesmo tempo que demonstram a incapacidade econômica das potências ocidentais.

O BRIC respondeu por 50% do crescimento global dos últimos anos. O BRIC e o IBAS abriram uma agenda carregada de temas como um novo sistema monetário, substituindo o padrão dólar no comércio exterior; o direito das nações em desenvolvimento do acesso à tecnologia nuclear; a reforma da ONU, do FMI e do Banco Mundial, entre outros.

A tudo isso se juntam novos conflitos e tensões no globo mundial, nos quais as nações mais ricas já não conseguem facilmente manobrar o sistema multilateral para satisfazer seus interesses econômicos.

Na África como no Afeganistão, Irã, Iraque e Paquistão, os EUA e imperialistas europeus continuam suas ocupações e operações militares, ameaçando inclusive antigas Repúblicas da Rússia, colocando em risco a estabilidade e a paz mundial.

Na América, fracassou a proposta norte americana da ALCA. Mesmo assim, eles promoveram o Golpe de Honduras, em 2009; contra Chaves, em 2002; a desestabilização de Lugo no Paraguai e a tentativa de golpe contra Lula, em 2005. A espionagem e o golpe no governo Dilma demonstram, infelizmente, a hegemonia capitalista e das forças neoliberais.

Privatizações, ataques à seguridade social, reduções de salários e pensões, reformas que trazem prejuízos aos trabalhadores e perda de direitos são estratégias comuns desses governos neoliberais, apoiados pela grande mídia e pelos oligopólios de comunicação que

promovem as chamadas “Fake News”, sendo verdadeiros porta-vozes das elites conservadoras e golpistas.

Ainda no âmbito internacional, não podemos esquecer jamais a quarta revolução industrial, a automação, a Inteligência Artificial, que dia após dia retira e até extingue milhares de postos de trabalho.

Mas, os trabalhadores não deixam de resistir, buscando apoiar-se em suas entidades de classe. Ao lado delas também emergem movimentos de cultura livre, rádios, jornais, podcasts, redes sociais e canais comunitários, que conduzem as “vozes das ruas”, das comunidades e movimentos, divulgando informações e construindo debates democráticos para fazer frente ao monopólio midiático.

A classe trabalhadora reage com iniciativas e lutas, com perspectivas de unidade de classes. Greves na Grécia, Turquia e Portugal, protestos na França, destacando-se a participação de jovens e mulheres, as manifestações no Paquistão contra o trabalho infantil, pescadores e mineradores de carvão no Chile, dos metalúrgicos do Peru, dos franceses contra a reforma da previdência, o racismo e a violência policial, dos trabalhadores imigrantes dos EUA, dos trabalhadores do Transporte Aéreo e das indústrias de automóveis, da indústria petrolífera e da administração pública.

Há um quadro de instabilidade internacional, com as forças econômicas tomando iniciativa em todos os campos: financeiro, social e político, sem legar nenhum reconhecimento a classe trabalhadora, aos humildes, aos desamparados; ao contrário, jogam sobre seus ombros todo o ônus dos desastres econômicos engendrados por suas ganâncias.

Ainda sob os efeitos da grande crise internacional de 2008, iniciada em território estadunidense, com consequências nefastas aos países semicoloniais, economicamente subordinados, o mundo vem sofrendo com o neoliberalismo exacerbado e com os programas de salvação do imperialismo.

Nessa mesma esteira, o mundo se vê frente a bloqueios, escassez de alimentos, de matérias-primas e insumos, provocando uma disparada no aumento de preços, assim como um ambiente propício à conflagração de uma terceira guerra mundial.

Paralelamente, os Estados Unidos da América, principal fornecedor de material bélico para o mundo e de sustentação da OTAN, enfrentam em próprio território um período de dificuldades, com alta da inflação e desgaste de sua moeda, principal meio de troca no comércio internacional. Acrescido, ainda, pela diminuição de popularidade e aumento da rejeição do presidente Joe Biden do partido Democrata dos USA.

Em contrapartida, esse tem sido o período em que o BRICS mais se expande, buscando estabelecer um mercado próprio, fora das imposições e bloqueios dos Estados Unidos, aproveitando oportunidades para o comércio internacional, atraindo aderentes através de

seu banco do fomento, o New Development Bank, substituindo o dólar por moeda local; ou ainda, abrindo caminho ao comércio internacional com o Yuan.

1.2- Não à Guerra: Nem Putin, nem Biden, nem Zelenski! Dissolução da Otan!

Esse contexto, como já afirmamos, é marcado pela crise do capitalismo e pelas consequências da guerra na Ucrânia que vive uma perigosa escalada. A guerra eclodiu no coração da Europa com a injustificável invasão do território da Ucrânia pela Rússia de Putin (violando a autodeterminação do povo ucraniano) em resposta às provocações da OTAN, promovidas pelos EUA e seus aliados.

Trata-se de uma guerra entre potências nucleares capitalistas, interessadas em mercados e fontes de matérias primas que pode deslizar para uma guerra mundial que envolva as principais potências do planeta. É preciso parar essa guerra insana, com um cessar fogo imediato e incondicional.

É muito importante e deve ser apoiada a posição do presidente Lula, desde o início do conflito, negando-se a tomar partido e insistindo no fim da guerra, resistindo a múltiplas pressões para que se alinhe aos EUA e à OTAN e negando-se, também, a alinhar-se a Putin.

1.3 - Solidariedade ao povo Palestino

A opressão do povo Palestina continua sendo concebida pelo imperialismo estadunidense, ladeado pelos imperialismos europeus, como essencial para manter sua dominação sobre o conjunto da região.

Recentemente, gigantescas manifestações populares dentro de Israel se levantaram contra a reforma do judiciário do primeiro-ministro Netanyahu (que pretende aumentar o controle de seitas religiosas sobre o conjunto da sociedade) revelando uma fratura no estado sionista, que se baseia em ocupações de terras palestinas, como a da Cisjordânia, política cada vez mais rejeitada pelos próprios cidadãos de Israel.

A chamada "solução de dois estados" (um arremedo de estado Palestino esmagado pelo estado sionista de Israel) tem se mostrado uma via para um massacre após o outro e uma situação de beligerância permanente. A defesa da paz, da democracia, da autodeterminação dos povos, passa pelo estabelecimento de um só estado, laico e democrático, com direitos plenos reconhecidos às duas componentes, árabe e judia, com o direito ao retorno dos palestinos expulsos de suas terras.

1.4 - Níger: não à intervenção imperialista!

Com o país vivendo há décadas sob domínio de empresas multinacionais imperialistas, a situação do Níger (na África Ocidental, vizinho da Argélia e da Nigéria) se deteriorou e grandes mobilizações exigem a retirada das tropas francesas do país. O presidente francês, Emmanuel Macron, se pronunciou no sentido de uma intervenção militar estrangeira que provocaria uma explosão de toda a região. Diversos países e organizações sindicais estão se posicionando contra toda ingerência militar estrangeira e em solidariedade à luta do povo nigerense por suas reivindicações e sua soberania.

1.5 - A luta dos povos da América Latina

Da mesma forma que a África e Ásia nossa região sofre as consequências nefastas da inflação mundial, da desorganização das trocas comerciais e carência de grãos e insumos provocados pela guerra, no quadro da crise do mercado capitalista.

No último período, a resistência do povo trabalhador contra a dominação do capital financeiro e das elites locais levou à eleição de governos considerados progressistas em vários países: México, Honduras, Chile, Bolívia, Colômbia e Brasil e agora Guatemala (no Equador a eleição será definida em segundo turno dia 15 de outubro).

O destino desses governos dependerá da mobilização das forças populares que os levaram ao poder e de sua relação com o imperialismo estadunidense. Assim, se na Colômbia o presidente Petro busca apoiar-se na mobilização de massas para superar obstáculos levantados por políticos conservadores e reacionários, no Chile o presidente Boric frustra as expectativas populares ao mesmo tempo que se alinha com os EUA e a OTAN no apoio ao governo fantoche de Zelensky na Ucrânia. Entre essas duas posições há posições intermediárias, é claro, mas elas indicam em grandes linhas os desafios colocados para esses governos.

1.6 - Peru: solidariedade ao povo peruano que resiste contra o governo ilegítimo e luta pela Assembleia Constituinte Soberana

Em 07.12.2022, Pedro Castillo, presidente eleito do Perú, foi destituído por um golpe parlamentar e preso. A vice, Dina Boluarte, assumiu e autorizou a entrada de tropas dos EUA em seu território, uma agressão à soberania do Peru e de toda a América Latina, em particular ao Brasil, que faz fronteira com o país.

Em 19 de julho a resistência do povo peruano - que nunca cessou - se expressou numa grande marcha à capital Lima, com as exigências de “Fora Boluarte e o congresso, Assembleia Constituinte Soberana, Liberdade para todos os presos políticos”.

Nossa solidariedade à luta do povo peruano e das organizações que constroem a resistência.

1.7 - Defender o Haiti é defender a nós mesmos

O Haiti é a primeira república negra da história, constituída em 1804 quando os escravos negros da Ilha Espanhola derrotaram as tropas de Napoleão Bonaparte.

Depois de 14 anos de ocupação do Haiti pelas tropas da Minustah (2004 - 2017), infelizmente comandadas pelo Brasil, o povo irmão dessa nação é vítima de uma situação em que praticamente não há estado e as principais cidades são controladas por gangues armadas a serviço de políticos e empresários locais, com a conivência do próprio governo "de facto" e não eleito de Ariel Henry, apoiado pelos EUA e pelos países do chamado "Core Group", entre eles o Brasil que nada tem a fazer nesse organismo e deve dele se retirar em solidariedade ao povo haitiano.

1.8 - Solidariedade ao povo Nicaraguense

É grave a situação na Nicarágua. Veteranos lutadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que liderou a Revolução de 1979, como todos os que se declaram oposição, são vítimas da violenta repressão da ditadura de Daniel Ortega e sua esposa Rosario Murillo que é vice-presidenta. Num aberto atentado aos mais elementares direitos humanos quem se exila fugindo da repressão é desterrado (tem sua cidadania nicaraguense retirada) e tem seus bens em território nicaraguense confiscados.

O atual governo da Nicarágua nada tem a ver com um governo de esquerda ou anti-imperialista e devem ser condenadas as medidas repressivas da ditadura Ortega não só contra antigos dirigentes da Frente Sandinista mas contra o próprio povo nicaraguense.

1.9 - Eleições na Argentina

No momento em que escrevemos esta tese, um voto de protesto antissistema e antipolítica nas prévias eleitorais da Argentina, deu mais de 30% a Javier Milei, um extremista ainda mais fanfarrão e perigoso que Bolsonaro, expressando a crise de desagregação do sistema político. Ele tenta se credenciar para ser a alternativa dos nazistas, fascistas, e ultraliberais para a disputa presidencial em outubro de 2023 abrindo vários sinais de alerta para a América Latina e para a geopolítica internacional, lembrando que a Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul e Central e um grande aliado na disputa pela hegemonia geopolítica da região.

2- CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICONACIONAL:

2.1 - A defesa da democracia e a luta pelas reivindicações dos servidores e empregados públicos: Uma pauta indissociável

O golpe que derrubou Dilma integra a interferência imperialista no nosso país, o que começou a se configurar desde o episódio de espionagem americana no governo da ex-presidenta. Isto já era um reflexo da nova ordem mundial, na qual claramente se percebia o receio das atuais potências mundiais (EUA e potências europeias), diante de sua crise, em perder seu domínio econômico mundial.

Sérgio Moro (espião dos EUA) promoveu, de forma escabrosa – com o apoio da mídia local, do agronegócio e de outras forças da elite brasileira – a prisão de Lula, impedindo-o de concorrer às eleições que se aproximavam e propiciando a projeção do nefasto fascista Bolsonaro. Este, a princípio, nem era o preferido dos neoliberais, mas a burguesia recorre ao que tem em mãos para bloquear o avanço das lutas dos trabalhadores e ele foi o escolhido para representá-los, e o fez de forma extremamente danosa para toda a sociedade brasileira, por meio de ações ou omissões.

Nesse contexto, o capital pavimentou o golpe contra a Presidenta Dilma e a exclusão do Companheiro Lula das eleições de 2018, sob o amparo de sua manipulada condenação. Assim como arrastou o país para os braços de um genocida, preconceituoso, racista e envolvido em escândalos de corrupção, responsável por expor o país às situações constrangedoras em fóruns internacionais; loteando interesses nacionais num mercado que só busca a locupletação, submetendo o país aos ávidos interesses do imperialismo.

Esse cenário:

- Aprofundou os problemas do país com a tragédia dos povos indígenas (vide yanomanis);
- A falta de vacinas, desaguando nas mais de 600 mil mortes de brasileiros brasileiras;
- A precarização do trabalho (uberização);
- O aumento da fome e da população de rua;
- a queda da renda e o aumento da desigualdade social;
- O desinvestimento na ciência;

- A redução das bolsas de estudos e pesquisas;
- A desestruturação das instituições federais do sistema educacional;
- A Reforma da Previdência (no governo Temer);
- A Reforma Trabalhista;
- O fechamento de programas como “Minha Casa, Minha Vida”, “Mais Médicos” e outros;
- O descontrole das armas e estímulo à violência, em todos os níveis;
- A criminalização dos movimentos sociais;
- O uso desenfreado da máquina pública, inclusive durante a campanha eleitoral;
- A tentativa de golpe de estado, após a perda das eleições.

Não bastasse tudo isso, o enfraquecimento do Brasil no cenário político internacional enfraqueceu internamente o Estado como indutor do crescimento, com exceção do agronegócio, que surfou em águas de crescimento e prosperidade. Também é importante destacar que foi durante o “desgoverno” Bolsonaro que se consolidou a criminosa privatização da Eletrobrás e que o Senado aprovou a lei da (falsa!) autonomia do Banco Central tornado um aparelho ainda mais dócil aos interesses do capital financeiro e dos grandes grupos empresariais privados,

2.2 - A vitória política e eleitoral de Lula: Desafios, limites, possibilidades

Nas eleições de 2022 Lula foi portador da esperança de milhões de brasileiros identificados com a democracia, estado de direito, soberania nacional, direitos constitucionais; destacamos a participação de progressistas, intelectuais, juventude, imprensa alternativa e militantes de partidos de esquerda e movimentos sociais organizados, nos quais os servidores tiveram presença destacada. Venceu a força do povo contra a empulhação do capitão da direita autoritária e entreguista.

Nada foi mais gratificante do que participar e ver a força do povo, o caminho por dias melhores, a realização do sonho de milhões de brasileiros e brasileiras mantendo e ampliando as condições por transformação social.

O povo reagiu, foi à luta e elegeu Lula presidente do Brasil, impondo uma grande derrota ao governo fascista e negacionista de Jair Bolsonaro, passando por cima do grande apoio de empresários, do agronegócio, dos militares, do famigerado “Centrão”, de grande parte da mídia e do uso criminoso da máquina pública – 140 bilhões em benefícios com data limite de 2022.

Diante dessa realidade, o trabalho de reconstrução será enorme e vai ocorrer em um cenário mundial igualmente desafiador. Nesse horizonte, descortinamos a guerra na Ucrânia, a covid ainda assombrando o território chinês, afetando profundamente o comércio internacional, as cadeias produtivas globais e os preços de insumos e bens. Sinais de estagflação (estagnação+inflação) na economia mundial, um mecanismo há muito utilizado retorna à moda, a elevação da taxa de juros, para combater a inflação.

Apesar da privatização da Eletrobrás em 2022, altamente contestada juridicamente, o estado brasileiro ainda possui bancos e empresas que são poderosos instrumentos para o investimento público e para a indução do investimento privado. Portanto, a proteção ao trabalho e o aumento da renda podem garantir um mercado interno forte, para que se possa recolocar o país no caminho do desenvolvimento.

Neste sentido, o governo Lula tem dado alguns passos para reativar a economia, como foi o recente aumento do salário-mínimo, 1,41% acima da inflação; a nova política sobre os preços do combustível; o reajuste dos servidores públicos federais, inclusive do vale-alimentação, além das mudanças importantes nas negociações dos acordos coletivos, tanto no setor privado como no público (EBSERH, CONAB, HEMOBRÁS), que têm trazido ganhos reais. Compõe este cenário os juros da taxa Selic, que estava em 13,75% e, apesar de todas as circunstâncias apontarem para a sua redução, só depois de muita pressão o Copom a reduziu em 0,5 pontos... ainda longe do necessário para alavancar nossa economia.

Neste contexto, de um governo eleito pela classe trabalhadora faz-se necessário que sejamos atores e protagonistas de um grande processo de transformação social, criando mecanismos que possibilitem: o combate a fome e ao desemprego; a revogação das reformas “antipovo” (trabalhista e previdenciária); a eliminação do trabalho escravo; a revogação da Reforma do Ensino Médio; uma reforma agrária “de verdade”; a recomposição dos orçamentos da saúde e educação; barrar as privatizações e revogar as que forem possíveis, principalmente da Eletrobrás; democracia nas universidades; pagamento efetivo do piso salarial da enfermagem; mais concursos públicos; o reajuste de forma correta dos salários dos servidores; coibir de forma mais dura os impactos ambientais promovidos por garimpeiros, grileiros e pelo agronegócio; fortalecer o salário mínimo. E, por fim, implementar políticas públicas que fortaleçam os pequenos negócios, a saúde, a educação, a assistência social e que favoreçam aqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

Os elementos do processo interruptivo, do ciclo nefasto que vinha se estabelecendo no país, precisam ganhar expressão, musculatura e continuidade; não só porque as forças reacionárias ainda rondam nossos espaços; mas, fundamentalmente pela necessidade de ressignificar a democracia, a gestão pública, as relações sociais de trabalho; até porque é preciso reconhecer e recolocar a classe trabalhadora no seu protagonismo histórico, como agente de transformações indispensáveis para o futuro, para a justiça social e para a emancipação dos oprimidos.

Para nós servidores públicos, acostumados às situações adversas, precisamos reconhecer que nossas conquistas são obtidas através de lutas que travamos, em defesa de nossos direitos e interesses comuns, sem abrir mão de nossos compromissos com a classe trabalhadora, com o ideário classista e com a luta por transformação social.

Em que pese os servidores terem conquistado, neste início de governo LULA uma parte das perdas acumuladas, durante os desgovernos de Temer e Bolsonaro, ainda convivemos em companhia de chefes e dirigentes bolsonaristas que se colocam de forma arrogante e autoritária, como estivessem à serviço dos interesses do governo recém empossado. Longe de cumprir qualquer movimento de caráter persecutório: cargo comissionado é cargo de confiança.

O Governo Lula vem adotando um discurso, que há tempo manifestamos, e que agora tem sido potencializado pelo Presidente, a redução da taxa de juros. Instrumento de uso recorrente dos exploradores do sistema financeiro, e que abusivamente tem sido usado com o falso discurso do aumento de emprego: uma infâmia, o juro baixo estimula o investimento produtivo, o aumento a produção, a geração de emprego, a demanda agregada, redução de custos dos serviços da dívida pública; com a redução dos juros, o país terá mais recursos para a saúde, educação, meio ambiente e mais orçamento para os serviços públicos e servidores.

O meio ambiente também adquire um componente estratégico que precisa ser mais bem explorado, não só por sua transversalidade; mas, porque contribui com o combate a tendência da expansão sem limites do agronegócio, que tanto mal tem feito aos mananciais, áreas protegidas, a saúde de nossos recursos hídricos, a biodiversidade, as populações tradicionais, em especial a população e território indígena, forçando queimadas, desmatamento, grilagens e apropriação de terras devolutas.

Outro elemento que precisa ganhar dimensão estratégia na luta dos servidores é relacionado à receita orçamentária, visto que se tratar de um campo dominado pelo poder econômico, onde praticamente só os trabalhadores pagam impostos (diretos e indiretos) deixando de lado as grandes fortunas e os portadores de dividendos. É preciso fazer desta questão uma bandeira de luta para ser erguida pelos servidores e estendida ao conjunto da sociedade. Não existe democracia onde os ricos e endinheirados fiquem de fora da contribuição tributária. Para se fazer justiça é preciso que a tributação se estenda indistintamente para todos.

2.3 – A devastação de Temer e Bolsonaro

Foi grande o estrago promovido pelos governos Temer e Bolsonaro. A estimativa de desemprego mensal (PNAD/IBGE) chegou a rondar a taxa de 15%. Os empregos criados, por sua vez, são em grande parte precários e com baixa remuneração. O número de informais ultrapassou o número de trabalhadores com carteira assinada.

Em todos os órgãos e empresas públicas avançou como nunca o processo de sucateamento e destruição, em particular nos setores vinculados ao meio-ambiente, fiscalização do trabalho, saúde, educação, proteção de áreas indígenas, mas não apenas.

As denúncias de trabalho análogo à escravidão que surgiram no último período seriam em número ainda maior se a rede de fiscalização, já pequena, não tivesse sido desmontada pelos efeitos da EC 95/2016 (Teto de Gastos).

As contrarreformas impostas após golpe de 2016 geraram uma tragédia social. A contrarreforma trabalhista legalizou os “bicos” e dificultou o acesso à Justiça do Trabalho, resultando num aumento da exploração. O trabalho intermitente disparou e uma massa de trabalhadores recebe menos de um salário-mínimo. O teto de gastos sufocou os serviços públicos em benefício do pagamento dos juros da dívida e os rentistas.

De acordo com o IBGE mais de 35 milhões de brasileiros não tem proteção social nem perspectiva de aposentadoria na velhice por causa da reforma da previdência. Cerca de 31 milhões de pessoas que passam fome, 9 milhões de desempregados e 4 milhões de desalentados.

2.4 - Congresso reacionário

A força do povo derrotou Bolsonaro, mas não pode resolver a crise das instituições. As emendas do orçamento secreto de Bolsonaro, as regras distorcidas do sistema político, com mandatos que passam "de pai para filho" ou de "filho para mãe", explicam porque esse é o pior congresso da história.

O assédio eleitoral denunciado em mais de duas mil empresas, a ofensiva do agronegócio, dos pastores e padres que usaram descaradamente as igrejas para fazer proselitismo político, as medidas eleitoreiras, tudo isso trouxe para o Congresso o que de pior poderia haver na política.

Enquanto milhares morriam sem assistência durante a pandemia, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP) engavetou os pedidos de impeachment de Bolsonaro. É o mesmo Lira que exerce permanente chantagem sobre o atual governo e anuncia que não deixará passar nenhuma alteração nas contrarreformas trabalhista, da previdência e na da dita "autonomia do Banco Central" (a Lei Complementar 179/2021 que coloca o Banco Central ainda mais abertamente a serviço do mercado financeiro).

2.5 - As ameaças à democracia em 2018 e 2022

Ao tomar posse, em janeiro de 2019, Bolsonaro não poderia constituir um governo fascista pois não dispunha de bandos armados, fora do aparelho de estado, capazes de

ameaçar as organizações dos trabalhadores. Era um governo de tipo bonapartista - o que não significa que não poderia ser tão perigoso quanto um governo fascista.

Em 2022 a situação era outra. Como se evidenciou pelas violências, perseguições e ataques ao longo de todo o ano e como ficou escancarado depois do 30 de outubro, a pregação golpista durante quatro anos, a politização das forças armadas e corpos policiais produziu seus efeitos.

O fechamento de estradas, os acampamentos golpistas na porta dos quartéis, o ataque à PF dia 12 de dezembro, o ataque terrorista (felizmente frustrado) de 24 de dezembro e a tentativa de golpe com depredação do patrimônio público em 8 de janeiro deixaram claro que, mesmo derrotado eleitoralmente, o bolsonarismo constituiu uma base de massa organizada em bandos de tipo fascista.

Diante dessa real ameaça à democracia, há setores que, em nome de barrar a ameaça fascista, defendem uma atitude seguidista e bajuladora do governo, como se qualquer crítica ou mobilização popular pudesse enfraquecê-lo.

Outros, talvez temerosos de serem confundidos com "governistas", adotam uma linha de denúncia histriônica, geralmente descolada da realidade.

Nenhuma dessas duas posições ajuda os servidores e empregados públicos, em particular, e a população trabalhadora, em geral, a construir sua unidade e desenvolver sua luta em defesa de seus interesses e reivindicações, sem nenhum tipo de concessão, e sempre associada à defesa da democracia, exigindo a punição dos golpistas.

Para a Condsef a independência sindical se afirma não por declarações grandiloquentes e bandeiras genéricas, mas pela defesa prática das reivindicações e interesses dos servidores e empregados públicos de todo o país, sempre buscando a unidade da categoria e com os demais setores da classe.

Até porque, diante desse Congresso reacionário a mobilização social, alavancada por medidas do governo que atendam as reivindicações dos trabalhadores e do povo, é a única via para desobstruir os obstáculos para o cumprimento do mandato popular recebido das urnas.

Assim, apoiamos as medidas positivas do governo Lula - valorização do salário mínimo, correção tabela IRPF, igualdade salarial para a trabalhadora, piso da enfermagem, retirada de estatais da lista de privatização-, mas isso não basta, pois o governo é de ampla coalizão, tem representantes dos patrões no seu interior que lutam por seus interesses, e a Condsef/Fenadsef deve, com toda a independência, agir para defender os interesses de nossa categoria.

Com total independência frente ao governo de coalizão, que abriga interesses contraditórios e que está emparedado pelo Congresso de maioria reacionária, o

movimento sindical dos servidores intervém na situação nacional defendendo suas reivindicações particulares ligadas aos interesses gerais dos trabalhadores e da nação:

- Reposição das perdas salariais;
- Reestruturação dos planos de carreira com a correção das distorções;
- Diretrizes para os planos de carreira garantindo mobilidade e acesso aos cargos públicos à ampla maioria da população;
- Revogação das reformas trabalhista, previdenciária e do Novo Ensino Médio;
- Apoio à reforma agrária, contra a criminalização da luta do MST e demais movimentos populares;
- Demarcação das terras indígenas, contra o PL 490 do esdrúxulo “marco temporal”; contra o PL 491 que abre a porta para a invasão desenfreada das terras indígenas;
- Política de valorização do salário mínimo, sem “âncora fiscal”;
- Luta por aumento geral de salários;
- Fim da (falsa) autonomia do Banco Central (taxa de juros);
- Reestatização das empresas privatizadas (Eletrobrás, Metrô BH), defesa do patrimônio público contra as privatizações nos estados e municípios;
- Defesa do meio-ambiente, da política indigenista, da agricultura familiar, contra o esvaziamento-desmembramento dos órgãos públicos promovido pelo bolsonarismo;
- Sem anistia: punição aos executores, financiadores e organizadores do golpe a começar pelos generais golpistas;
- Recomposição da força de trabalho de todos os órgãos públicos, a começar pelos responsáveis por fiscalizar as condições de trabalho, reforma agrária, defesa do meio ambiente e proteção dos povos indígenas;
- Pelo fim total da terceirização nos órgãos públicos;
- Volta do monopólio estatal do petróleo,
- Reforma militar (artigo 142 sem GLO, desmilitarização das PMs);
- Fim ao genocídio da juventude negra:
- Criação do Ministério da Segurança Pública;

- Retirar as polícias do controle Exército hoje exercido por meio da Inspeção Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Exército;
- Fim da taxa do Plano de Seguridade Social para aposentados e pensionistas.

3-REFORMAS ESTRUTURAIS

3.1 - Uma Reforma Tributária para colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda!

Sim, uma reforma tributária é necessária porque, no Brasil, a classe trabalhadora paga, proporcionalmente à renda e à riqueza, muito mais impostos do que os grandes proprietários e as grandes fortunas.

Quem recebe até 2 salários-mínimos, compromete mais de 50% de sua renda com impostos (no caso, indiretos, ao comprar os bens da cesta básica). Já o seleto grupo de 20 mil pessoas que recebe mais que 320 salários-mínimos pagou apenas 5,25% de imposto de renda em 2021 (segundo o Sindifisco Nacional). Isso porque a renda dos mais ricos é recebida na forma de lucros e dividendos, isentos de tributação desde 1995.

O sistema tributário regressivo é um dos responsáveis pela enorme desigualdade social do país: o 1% dos brasileiros mais ricos são donos de metade da riqueza nacional, enquanto a metade dos brasileiros mais pobres detém menos de 1% da riqueza (dados do Laboratório da Escola de Economia de Paris).

Alguns exemplos:

- Rebaixamento das alíquotas sobre as faixas superiores do imposto sobre a renda e aumento do valor real pago pelas faixas inferiores (em virtude da não correção da tabela conforme a inflação): hoje, um trabalhador que ganha R\$ 4,7 mil incorre na mesma alíquota (27,5%) que um magnata bilionário.
- Redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de 43% para 25% (Lei 9.249/95);
- Isenção de Imposto de Renda para as remessas de lucros e dividendos de multinacionais estrangeiras ao exterior;
- Abandono do controle do fluxo de capitais permitindo que bilionários, grandes empresários e especuladores em geral utilizem as contas "offshore" para fugir do fisco;
- Autorização para as empresas deduzirem como "despesa financeira" (fictícia) para o cálculo do lucro tributável pelo IRPJ e pela Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), a distribuição de lucros por elas feita para seus acionistas na forma de "Juros sobre o Capital Próprio" (JCP);

- Isenção de IR para os lucros e dividendos de acionistas de empresas brasileiras ou estrangeiras;
- Proteção ao grande latifúndio que paga um Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) muito pequeno embora tenha lucros gigantescos e benefícios como crédito subsidiado (parte do Plano Safra);

As mudanças tributárias que interessam ao povo estão, em boa parte, na campanha "Tributar os Super-Ricos", promovida por parlamentares do PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB e Rede:

- a. Correção das distorções do IRPF: revogação da isenção dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução dos juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas e criação de nova tabela de alíquotas progressivas;
- b. Instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) para riqueza de pessoas físicas que ultrapassarem R\$ 10 milhões;
- c. Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor financeiro e do setor extrativo mineral;
- d. Criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais que ultrapassarem R\$ 720 mil;
- e. Retirar da composição dos tributos sobre as microempresas e empresas de pequeno porte, o IRPJ e a CSLL relativamente às faixas de receitas inferiores a R\$ 360 mil anuais;
- f. Instituição de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Agrotóxico) incidente sobre a produção e importação de agrotóxicos e afins.

Mas, a questão que se coloca é: como aprovar tais projetos, que atendem aos anseios da grande maioria da população, na atual composição do Congresso Nacional, a mais reacionária das últimas décadas?

A "reforma tributária"(PEC 45/2019) votada em julho de 2023 pela Câmara e que seguiu para o Senado limita-se a "simplificar" os impostos sobre consumo (criando um único Imposto de Valor Agregado federal/estadual/municipal). O imposto sobre herança, que nos principais países do mundo tem alíquota acima de 40%, ficou limitado a meros 8%.

Por pressão do Centrão, o ministro Haddad aceitou deixar a questão da progressividade (imposto sobre rendas e fortunas) para uma segunda etapa da reforma que merece toda vigilância.

Também nesse ponto extremamente importante é a mobilização unificada do povo a única força capaz de destravar o bloqueio imposto pelas instituições e retirar a carga

tributária das costas da maioria da população e cobrar de quem realmente detém a riqueza.

3.2 - Com esse Congresso não dá!

A Constituição de 1988 estabelece um conjunto de direitos e garantias fundamentais ao povo brasileiro como vida, igualdade, liberdade, desenvolvimento da personalidade, trabalho, salário-mínimo, moradia, saúde, educação, meio ambiente ecologicamente equilibrado, proteção aos povos indígenas, às famílias, crianças, idosos, etc. enfeixando muitos desses direito na fórmula "direito de cidadão e dever do Estado".

Segundo a Constituição, o Estado deve produzir políticas públicas e intervir no interesse coletivo e não ser um mero regulador do mercado. No entanto, muitos desses direitos e garantias permaneceram em aberto na dependência de aprovação de leis pelo poder legislativo.

Dessa forma, a efetividade dos direitos garantidos pela Constituição passou a depender da formação de maiorias congressuais favoráveis a esses mesmos direitos. Ocorre, no entanto, o inverso, com o Congresso sendo formado, eleição após eleição, por maiorias contrárias aos avanços sociais do texto constitucional que já sofreu 129 emendas, a esmagadora maioria retirando direitos, como as várias reformas privatizantes, reformas da previdência, reforma trabalhista, reformas fiscais, reforma do estado, etc., aplicando concepções de gestão de mercado precarizando o serviço público e os direitos dos servidores.

O fato é que o sistema político estruturado pela Constituição (eleições, partidos e relação entre os poderes), que dá ao parlamento o poder de regulamentar os direitos sociais, está gerando maiorias contrárias à própria Constituição.

Tal contradição - que sempre existiu - ficou ainda mais evidente nas eleições de 2022. Embora um governo progressista tenha vencido, ele encontra um parlamento (Câmara e Senado) dominado por forças conservadoras quando precisa aprovar seus projetos e políticas.

Como estamos vendo na prática, a Constituição de 1988 conferiu ao Congresso vários mecanismos jurídicos que podem inviabilizar um governo: não aprovação de medida provisória; não aprovação de Emenda Constitucional; não aprovação de tratados; sustar decretos do poder executivo.

O atual presidente da Câmara, Arthur Lira, age com desenvoltura utilizando as prerrogativas do Congresso para chantagear o governo e exigir cargos e liberação de verbas para as "emendas parlamentares", alimentando o "balcão de negócios" e levando o governo a formar uma coalizão extremamente heterogênea e contraditória.

Nos fatos, sem que o eleitor seja informado, o que está ocorrendo é a sobreposição do Congresso sobre a Presidência, distorcendo a soberania do voto popular. E, pior, esse sistema político quer nos tragar para dentro dele porque quando ele falir nós estaremos dentro e a população vai nos ver como parte do sistema

Diante do choque da vontade popular com o obstáculo representado pelo atual sistema político não há como não colocar como uma perspectiva necessária a sua reforma ampla que só poderia ser alcançada por uma Constituinte soberana e que, em perspectiva, deveria abarcar alguns temas, por exemplo: voto em lista pré-ordenada (cada partido decide em que ordem coloca trabalhadores, negros, mulheres, LGBTQIA+ etc.); cota de cadeiras indígenas; proporcionalidade direta (uma pessoa, um voto) e financiamento público exclusivo de campanhas políticas.

3.3 - Pontos de princípio sobre a Administração Pública e Diretrizes para os Planos de Carreira

3.3.1- Papel do Estado e dos servidores

a) **não existe "classe política"**: fala-se contra uma suposta "classe política" que teria incidência nociva e eleitoreira sobre o funcionamento da máquina pública e que, em consequência, teria que ser afastada da administração pública, como se a política fosse um mal a ser tolerado. Na verdade, é o contrário: é pela política que se resolvem os conflitos e não existe "classe política", mas sim representantes, no parlamento ou fora dele, de interesses de classes sociais distintas e antagônicas. A questão, sempre, é saber de qual lado está tal ou qual "político", se do lado dos trabalhadores ou não.

b) **tecnocracia**: na administração da máquina estatal, a tecnocracia sufoca a democracia; em geral, os representantes dos interesses patronais dizem que são meramente "técnicas" as decisões POLÍTICAS que levam a ataques aos servidores e serviços públicos; um exemplo gritante dos dias atuais são as decisões do Banco Central falsamente autônomo sobre a taxa de juros em que atas do Copom entram diretamente em discussões político-partidárias para justificar a manutenção da taxa de juros mais alta do mundo. Outro exemplo são as medidas eleitoreiras com dinheiro público adotadas por Bolsonaro, em 2023, com os votos do Congresso: qualquer "técnico" em leis saberia dizer de memória as ilegalidades então cometidas, mas que não foram barradas naquele momento certo; alguém acredita que, se o povo não tivesse derrotado Bolsonaro em 30 de outubro, ele estaria agora inelegível?

c) **"ciclo eleitoral"**: há quem pretenda "blindar a administração contra o ciclo eleitoral". Não é possível nem viável tal separação. Não há nem nunca haverá neutralidade da máquina estatal cujos integrantes sempre se colocarão a serviço de uma ou outra classe social. Dito de outra forma, as políticas sociais e o funcionamento da máquina pública, expressam, de uma forma ou de outra, os interesses dessas classes sociais em luta.

Ademais, essa suposta blindagem suprimiria a soberania popular emanada do sufrágio eleitoral, cláusula pétrea da Constituição.

3.3.2- Carreiras:

As posições de fundo em relação às carreiras impactam as definições sobre as formas de contratação e os critérios para a realização de concursos públicos e as medidas a adotar para combater as distorções atualmente existentes.

Visão do MGI

Levantando um princípio de "transversalidade", o novo MGI, ao que tudo indica, parece defender a possibilidade de agrupar as atividades da administração pública em "carreiras estratégicas finalísticas", "carreiras transversais estruturantes" e "apoio administrativo permanente".

As "estratégicas finalísticas" seriam destinadas ao desenvolvimento sustentável: atividades de atendimento direto à população, empresas e meio ambiente com remuneração estabelecida por subsídio. As "transversais estruturantes" seriam responsáveis pelos macroprocessos administrativos das políticas públicas igualmente com remuneração por subsídio. Já o "apoio administrativo permanente" seria organizado de outra forma, com a perspectiva desses cargos serem retirados do RJU e contratados via CLT, como empregados públicos. Outra hipótese, ainda pior, seria abrir para ampliar a terceirização.

Além de fortalecer a ideia - errada - de subcategorizar o serviço público em atividades "típicas de estado" e "outras, subsidiárias", essa visão implica a extinção de todos os cargos de nível auxiliar e médio, que deixariam de ser servidores enquadrados no RJU, com estabilidade, passando a administração federal a abrigar apenas cargos de nível superior.

Ocorre que o Brasil tem menos de 20% de sua população adulta com nível superior completo (dados de 2019). Se confirmada essa via de retirar do RJU cargos de nível auxiliar e médio será um passo adicional para elitizar ainda mais a administração federal pois excluiria 80% da população trabalhadora da possibilidade de acessar cargos públicos!

Essa tendência se confirma com a decisão já adotada de transformar 10.506 cargos efetivos de nível médio vagos em 6.692 outros cargos efetivos de nível superior (MP 1.181, de 18 de julho de 2023).

Diretrizes para os Planos de Carreira: defesa de um serviço público moderno, eficiente e acessível a toda a população

A existência de mais de 300 tabelas salariais das carreiras do Executivo e a grande amplitude salarial entre carreiras e até mesmo entre os níveis de uma mesma carreira é contraditória com um serviço público voltado para o atendimento da população e refratário à perpetuação de castas burocráticas.

Nosso combate é em defesa de concurso público, estabilidade, enquadramento no RJU para todos os servidores, defesa dos níveis auxiliar e intermediário, com a democratização do acesso aos cargos públicos e ao serviço público à população trabalhadora, rejeitando total e integralmente o conteúdo da Reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes, a PEC 32, que ainda não foi sepultada e ainda representa ameaça ao serviço público (conjuntamente, cobramos do governo um firme posicionamento contra a PEC 32, associando-se ao esforço das entidade sindicais em defesa do serviço público).

As Diretrizes para os Planos de Carreira deem integrar a racionalização e a transformação dos atuais cargos ocupados, sendo estruturadas contemplando os seguintes elementos:

a) Máxima mobilidade na base

- Aproveitamento do servidor de acordo com suas capacidades e aptidões e sua qualificação profissional, permitindo o máximo de mobilidade nos primeiros anos de serviço público, de modo que a evolução da formação escolar do servidor, suas escolhas profissionais (aptidão) e sua qualificação, possam ser elementos definidores da sua lotação, permitindo-lhe a migração de um órgão para outro.
- Para tanto, lutamos pela manutenção e fortalecimento dos cargos de nível auxiliar e médio, a base de todas as carreiras, que deve ser semelhante no que tange às atribuições e às remunerações respectivas, especializando-se a partir do tempo, da qualificação adquirida e da evolução do servidor.

b) Possibilidade de ascensão funcional como medida de evolução na carreira

- A reinstituição da ascensão funcional é a única forma de assegurarmos a criação de carreiras de fato, nas quais a evolução do servidor esteja intimamente relacionada à sua capacitação e qualificação, com as entradas no serviço público ocorrendo prioritariamente nos níveis iniciais, com recrutamento de servidores jovens.

c) Evolução na carreira deve considerar capacitação, qualificação, tempo de serviço; avaliações de desempenho utilizadas somente para aceleração na carreira

d) Definição de um piso salarial e da relação entre menor e maior salário

e) Estabelecimento de um teto salarial absoluto no serviço público federal igual ao salário do Ministro do STF; todas as verbas, quaisquer que sejam sua origem, acima desse teto, devem ser glosadas

f) Revalorização dos cargos de nível de apoio

- É preciso retomar o valor das atividades de apoio no serviço público, na medida em que estas são também fundamentais para o desempenho das funções públicas.
- Com efeito, se a Administração contrata serviços terceirizados para tais atribuições é porque elas existem e são necessárias, não se justificando, então, a contratação por terceiros.

g) carreiras típicas de estado: revogação do conceito de "carreiras típicas de estado"

h) privilégios que devem ser extintos: não é aceitável separar um grupo de carreiras como se fossem "de estado" enquanto as demais não são, mas há, sim, casos em que é preciso haver distinções, como em relação às carreiras que exercem poder do estado sobre a sociedade

- militares que pretendam se candidatar a cargos eletivos devem previamente pedir baixa da respectiva força;
- todo e qualquer servidor público, que perder cargo em virtude de cometimento de falta, deve ter a mesma punição, sem exceção ou concessão de aposentadoria, como hoje ocorre no judiciário.

3.3.3- Formas de Contratação

a) Organizações Sociais (OSs), Organizações Sociais de Interesse Público - OSCIPs, Organizações Não Governamentais - ONGs: são todas formas de terceirização e privatização contra as quais é preciso manifestar-se pois prejudicam os trabalhadores e trabalhadoras em seus direitos e precarizam a prestação do serviço público à sociedade.

b) Contratos temporários: O mecanismo da contratação temporária não tem sido usado de forma adequada para necessidades excepcionais e situações específicas, conforme previsto na Constituição Federal, Art. 37, inciso IX. A luta pela realização de concursos públicos para suprir as necessidades permanentes dos serviços deve se articular com o combate a desvios nesse mecanismo, bem como a proteção dos direitos dos trabalhadores temporários.

3.3.4-Concurso público

Em primeiro lugar, deve haver uma programação dos concursos públicos de modo a garantir a manutenção da estrutura do estado rompendo com o "modus operandi" atual em que tudo fica ao sabor das pressões e contrapressões de uns e outros setores da administração.

À defesa do concurso público como forma principal de contratação para a administração federal é preciso associar mecanismos que compensem a elitização do corpo de servidores, sobretudo das carreiras mais valorizadas, com o conseqüente aumento da desigualdade social.

As cotas sociais seriam instrumentos para a redução das desigualdades sociais, para que pessoas inclusive hipossuficientes possam reunir condições para ter acesso aos cargos públicos. Ademais, para a garantia das cotas sociais também é necessária a proteção dos cargos de nível auxiliar e médio, hoje já claramente ameaçados de extinção.

a) cotas sociais para pessoas com renda familiar até XX salários mínimos e que estudaram integralmente em escolas públicas (x %);

b) cotas sociais raciais: que as vagas sejam ampliadas para observar as especificidades de pessoas negras (pretas e pardas) com renda familiar até XX salários mínimos e que estudaram integralmente em escolas públicas (x %);

c) cotas sociais de mulheres: que as vagas sejam ampliadas para observar as especificidades de mulheres com renda familiar até XX salários mínimos, que estudaram integralmente em escolas públicas (x %); e com um ou mais filhos em idade escolar (y%?);

d) cotas para indígenas;

e) cotas para pessoas LGBTQIA+;

f) vagas por região: mecanismo para garantir o acesso às carreiras do serviço público de forma mais homogênea em relação a todas as regiões do país tanto nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos quanto em estados com menor desenvolvimento econômico; esse instrumento poderá auxiliar na redução de desigualdades sociais, também manifestadas geograficamente.

3.3.5-Teletrabalho: Defesa dos servidores que optam pelo teletrabalho, enfrentando os desafios colocados por essa nova modalidade, lutando para a Administração se responsabilizar pelo ambiente de trabalho, assumindo o ônus dos custos e concedendo acompanhamento psicossocial para avaliação da condição do empregado.

3.3.6-Defesa do estado laico: total liberdade de exercício de todos os credos religiosos e concepções filosóficas, respeitada a legislação do país, e total afastamento do Estado de todos e de cada um desses credos e concepções que devem ser tratados como questões estritamente privadas.

4. ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Perspectivas da organização dos sindicatos gerais do funcionalismo público;

A destruição dos serviços públicos pela falta de concursos, restrições orçamentárias, privatizações, terceirizações, onguizações levam inevitavelmente ao enfraquecimento da organização sindical. Ao lado da brutal redução numérica dos servidores ativos, a unicidade sindical (que é o controle estatal sobre quais sindicatos podem ou não existir) é um dos maiores obstáculos ao fortalecimento dos sindicatos gerais dos servidores e empregados públicos federais. A fragmentação em sindicatos por empresa e até por local de trabalho enfraquece a unidade e pulveriza a força da categoria, levando cada setor a fechar-se em si mesmo e a desarmar-se frente aos problemas gerais que, em última instância, determinam o futuro de todas as categorias.

A crescente busca por articulações mais gerais, como os fóruns dos servidores, demonstra que será preciso enfrentar decididamente o desafio de reconstruir a unidade orgânica apontando para a fusão de sindicatos e mesmo de federações e confederações, o que só pode ser levado a efeito rejeitando toda ingerência do estado e dos patrões.

Contra a unicidade sindical e a ingerência estatal, a Condsef/Fenadsef, reafirma os princípios constitutivos da CUT, entidade à qual já nasceu filiado, em luta pela Liberdade e Autonomia Sindical; a CUT (estatutos):

- defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os/as trabalhadores/as brasileiros/as;
- considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combate qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado, do governo ou de agrupamento de caráter programático ou institucional.

4.1 - Início da Organização Sindical no Setor Público

Em outubro de 1988 foi promulgada a Constituição brasileira pós-ditadura militar. A partir daí, foi conquistado o direito dos (as) trabalhadores (as) do serviço público se organizarem em sindicatos.

Os anos que se seguiram foram de lutas e construção dos sindicatos no setor público. Dos diversos modelos surgidos, o nosso foi o de sindicatos gerais que revelaram um alto e acelerado nível de organização sindical, alcançando incríveis níveis de sindicalização.

A pauta de reivindicações, desde sempre reprimida, mobiliza e aglutina os (as) trabalhadores (as) em torno das suas entidades sindicais. As conquistas alcançadas no período, seja pela luta ou pela via jurídica, fortalecem o sindicalismo no setor público.

Por outro lado, é o período da experiência neoliberal no Brasil que tem como alvo principal o Estado, o serviço público e, obviamente, os (as) seus (as) trabalhadores. A experiência brasileira recente teve início com o Governo Collor, em uma tentativa equivocada de traçar um novo Estado reduzindo o quantitativo de funcionários, congelando salários e com medidas orientadas para atender o mercado. Este processo tem uma breve interrupção no governo Itamar Franco, mas é retomado em seguida nos governos Fernando Henrique com a chamada “Reforma Gerencial” comandada por Bresser Pereira no então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Novamente interrompido nos governos Lula e Dilma ficam as sequelas dos períodos anteriores, sentidas principalmente na redução do quadro de trabalhadores.

A redução paulatina de trabalhadores (as) na ativa, o aumento nas aposentadorias e pensionistas, baixa o nível de sindicalização no setor público e impacta política e financeiramente os sindicatos. Junto a esse fenômeno e com o reduzido ingresso de novos (as) trabalhadores (as) no Executivo Federal, eleva-se a idade média e os que se aproximam da aposentadoria.

Em 2016 as medidas do governo golpista (terceirização, reforma da previdência - que atingem especialmente os (as) trabalhadores (as) públicos (as), o projeto que permite a demissão por insuficiência de desempenho (PLS 116/17), a Emenda Constitucional 95, que congela, em termos reais, todas as despesas primárias do governo federal por 20 anos, inclusive as contratações e salários no setor público) incentivarão aqueles (as) que já tenham adquirido seu tempo para aposentadoria a realizá-la de imediato; isso provoca mais perdas para as organizações sindicais do setor.

Em 1992 o Poder Executivo Federal brasileiro tinha 1.000.916 trabalhadores (as), sendo: ativos - 683.618, aposentados - 306.036 e pensionistas - 11.262. Em junho de 2023 o quadro é o seguinte: ativos – 576.768; aposentados - 437.655 e pensionistas - 240.163, totalizando 1.254.586 trabalhadores (as). (Fonte painel.pep.planejamento.gov.br/agosto 2023).

4.2 – CONDSEF/FENADSEF

À época já estava em curso a discussão para a criação de uma nova central sindical e se concretiza com o nascimento da Central Única dos Trabalhadores. No setor público federal três experiências sindicais se destacavam: na previdência com a Fenasp e na educação com Andes e Fasubra. Uma quarta experiência embrionária já existia com a criação 'ilegal' do Sindsep/DF – denominado desde aquele momento de 'sindicato geral' porque buscava representar todos os outros segmentos não contemplados nas organizações citadas. E, assim foi feito.

A partir de 1989 foi vertiginoso o crescimento dos sindicatos e a taxa de sindicalização no setor público foi a das maiores alcançadas pela classe trabalhadora brasileira; essa representação alcançava 39 órgãos existentes naquele período.

Paralelamente, esse movimento sindical buscava a sua unidade programática e estrutural. Iniciou com a criação de fórum político chamado Intersindical que esperava-se desaguar na criação de uma poderosa Confederação unificando todos os segmentos; não foi possível e no 3º. Congresso dos Servidores Federais, nasceu a Confederação Democrática dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF, tendo os Sindicatos Gerais como principal base, como até hoje.

Portanto, a hoje Condsef/Fenadsef é fruto da impossibilidade de construir a grande unidade no setor naquele momento e, por outro lado, é a expressão maior dessa luta ao se constituir como a maior organização sindical do setor público da América Latina.

Ao completarmos 33 anos de existência nos deparamos com desafios tão grandes, quantos foram para a sua criação.

Mas, não é só isso, afora as dificuldades apontadas, existem causas que denominamos como estruturais e que exigem redobrar os esforços em busca de soluções de sobrevivência, que só serão encontrados em um esforço coletivo, mas, cabendo a cada organização cumprir o seu papel nessa construção.

Podemos identificar, entre outros, alguns elementos dessa nossa realidade:

- a) Políticas de Estado visando reduzir a prestação de serviços públicos à sociedade;
- b) Redução do quadro de pessoal por causas como aposentadoria, demissão e morte, sem concursos públicos para tal substituição;
- c) Envelhecimento da categoria e seu conseqüente afastamento das atividades sindicais e/ou a juventude na categoria que não se sente envolvida/alcançada pela política sindical; E das lideranças e dirigentes sindicais;
- d) Acelerada desfiliação dos sindicatos, por diversos motivos: aposentadoria, morte ou, simplesmente, excluir o valor da mensalidade sindical;

e) Ganhou corpo durante e pós-pandemia o trabalho remoto/home office trouxe uma nova realidade na relação sindicato/filiados, ainda pouco estudada/conhecida e com regulamentação insuficiente para garantir os direitos trabalhistas, reconfigurando a organização por local de trabalho;

f) A digitalização dos serviços públicos embora não seja algo novo tende a crescer trazendo grande impacto na categoria e nas relações de trabalho. Assunto ainda não alvo da nossa atenção;

g) A alta rotatividade nos órgãos públicos por servidores que buscam a estabilidade remuneratória e prestam vários concursos, o que interfere na construção da identidade com a função pública a ser assumida.

4.3 – O futuro da CONDSEF/FENADSEF – A CONDSEF/FENADSEF do futuro

Essa realidade mostra um modelo sindical em crescente esgotamento e a exigir da entidade urgentes ações para, em médio a longo prazo, superar os desafios e fragilidades existentes e daí ressurgir a força e a capacidade de intervenção política que aos poucos vai desaparecendo.

Para colocar as ações em movimento será necessário que os (as) dirigentes sindicais compreendam que estão acontecendo transformações no serviço público federal que precisam ser considerados para reorganizar a estrutura sindical.

Aspecto importante a ser considerado é que essa tarefa, pela sua dimensão, não cabe a Condsef/Fenadsef solitariamente, ela também deve ser inscrita no Plano de Lutas da CUT e da ISP, que realizam Congressos nesse ano de 2023.

Nesse contexto, as iniciativas já adotadas e outras a serem colocadas em prática são fundamentais para se ter clareza da reestruturação necessária:

a) Reativar e fortalecer do Grupo de Trabalho Organização Sindical da Condsef/Fenadsef;

b) Finalizar junto ao DIEESE as tratativas do Projeto Organização Sindical que visa subsidiar a entidade na formulação de políticas;

c) Formular Proposta de Resolução ao CONCURTO que inclua o tema no Plano de Lutas;

d) No âmbito da CUT e/ou ISP, identificar entidades-irmãs que tenham alertado para o assunto e concordem em constituir uma rede para tratar o assunto;

e) Responder com mais velocidade, agilidade e eficácia às contínuas e profundas mudanças do mundo do trabalho nos serviços públicos, nessas relações laborais e no próprio movimento sindical;

- f) Promover o aperfeiçoamento das habilidades para atender as novas formas de organização e de mobilização;
- g) Incorporar a mudança tecnológica como objeto prioritário da ação sindical, mas garantir a proteção dos servidores (as) e as condições de trabalho;
- h) Reposicionar a Condsef/Fenadsef no contexto da representação geral dos serviços públicos, considerando sua ampla base de representação e sua capacidade de negociação bem estruturada;
- i) Fortalecer a Condsef/Fenadsef na sua organização de base para enfrentar a alta rotatividade, a terceirização e a reforma administrativa ampliadas pela complexidade e expansão das novas tecnologias, pelo individualismo exacerbado promovido e estimulado pelo capitalismo e que criminaliza a política e atividade sindical.

4.4- Novo Mundo do Trabalho

Diante da conjuntura, das ameaças e oportunidades para a organização dos trabalhadores, ressaltamos que ainda persiste a raiz do sindicalismo: a solidariedade, que une os trabalhadores em movimentos de lutas por utopias como a justiça, a igualdade, o bem viver e que são aplicadas no cotidiano das relações de trabalho e das condições de vida.

Nas empreitadas para lidar com as adversidades e mudanças, serão capazes de serem protagonistas aqueles que tiverem a atenção para o contexto real dos novos trabalhadores, compreendendo as condições em que vivem, seus sonhos, contradições e interações. Os trabalhadores desse novo mundo do trabalho serão os protagonistas do movimento sindical que irromperá.

Noções ou ideias-chave a não perder de vista: solidariedade; união/ ~~unicidade~~; luta; construção coletiva; trabalho e vida; juventude; contexto real; realidade; subjetividade do trabalhador; novo mundo; formação; transformação.

Cabe hoje aos dirigentes sindicais, diante das complexidades, a decisão de: a) Considerar que há um novo mundo do trabalho irrompendo; b) Tomar a iniciativa de compreendê-lo; c) Colocar-se em movimento e lutar junto com os novos trabalhadores; d) Reorganizar a atual estrutura sindical para desde já, uma resposta às transformações alinhada com os interesses do movimento dos trabalhadores; e) investir continuamente na formação e renovação de quadros.

Há necessidade de profunda reestruturação do movimento sindical brasileiro em razão das múltiplas transformações disruptivas que ocorrem no mundo do trabalho: Ataques contra direitos do trabalho, medidas protetivas sociais, sindicatos como organização coletiva, protagonismo para superar desafios

4.5– Resgate e fortalecimento dos Sindicatos Gerais

Esse tema, organização sindical, sempre é discutido nos congressos da Condsef/Fenadsef, de forma superficial.

No atual momento se faz necessário aprofundar as discussões sobre os sindicatos gerais, que são a base majoritária da Condsef/Fenadsef, sem desmerecer alguns sindicatos específicos que estão na base da Condsef/Fenadsef.

O surgimento de várias organizações específicas nos leva a aprofundar a reflexão sobre a nossa organização sindical. Precisamos avaliar se: estamos conduzindo de forma acertada os nossos sindicatos? A nossa representação na base dos nossos órgãos condiz com a representação nas direções? Será que não está sub-representada? Estamos conseguindo integrar as questões gerais da categoria com as demandas específicas dos setores? Com as demandas dos anistiados? Estamos conseguindo dialogar com as juventudes? Estamos conseguindo integrar as questões gerais da categoria com especificidades da classe trabalhadora quanto aos vieses de raça, orientação sexual, pautas das mulheres?

Também é necessário refletirmos sobre os desafios frente ao envelhecimento da categoria, o grande número de aposentados e pensionistas que acabam não tendo a demanda do mesmo jeito que os trabalhadores da ativa e, por outro lado, por maior e frequente que seja sua participação, perdem o poder de pressão, de movimento, de greve, diante do potencial dos trabalhadores da ativa. Sua mobilidade também se altera, o ritmo é outro. Podem ter mais disponibilidade para movimentos, viagens, mas, ao mesmo tempo, podem ter limitações por conta da idade, da saúde, de receios familiares.

Na questão da juventude, que não participou do histórico de construção das entidades, dos sindicatos gerais; que analisa a realidade de outra forma, devido à geração e conjuntura social diversa daquela do início dos sindicatos gerais; que realiza o trabalho de outro modo, que está em outro tempo, em outra linguagem; como nos aproximamos das juventudes, para que se aproximem do sindicato, sintam que vale a pena a luta, que a importância não é a luta individual, mas a luta coletiva, a luta solidária, que é um dos motivos centrais da existência do sindicato?

Há, de fato, um diálogo geracional que oportunize às juventudes integrarem as direções dos sindicatos, em espaços onde se identifiquem? E, se não renovarmos a entrada da juventude nos postos de trabalho do serviço público federal, como garantir a continuidade da luta sindical, do projeto político que construímos e que precisará de readequações?

São perguntas que precisamos nos debruçar nas discussões do nosso Congresso e também nas instâncias dos Sindicatos Gerais.

Ou fazemos isso com a brevidade que o tema pede e busquemos, de forma coletiva, as soluções, ou corremos o risco de pipocarem, num futuro bem próximo, muitas outras entidades específicas, fragmentando de vez os sindicatos gerais e a luta unificada da categoria!

4.6- Diálogo sobre tecnologias, plataformas digitais e serviço público

Nossas considerações são reflexões iniciais, não reflexões acabadas e sacramentadas, esperando que desperte interesse dos participantes do Concondsef/Confenadsef para aprofundar o debate, levantar questões, apontar desafios.

Falar de tecnologias e plataformas digitais nos mundos do trabalho é voltar a refletir sobre as mudanças nos processos de trabalho, nas reestruturações produtivas que os interesses dos “donos do poder”, do sistema capitalista, volta e meia impõem à classe trabalhadora.

Essa reflexão gira sobre questões/ideias/ sentimentos centrais como: individualização, desumanização, coisificação, isolamento, distanciamento, choque de gerações, choques culturais, desigualdade, oportunidade, acesso, vigilância, não pertencimento, adoecimento.

Então, como falar de trabalho remoto/ home Office/atendimento digital sem perder de vista que o movimento sindical busca, sobretudo, melhorar as condições e a qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras?

Diversos estudos, pesquisas, relatos, tem retratado os efeitos na saúde física e mental devido ao: uso consistente de tecnologia; exposição às telas; má postura; inadequação do espaço físico; falta de ar fresco; mistura de tempo de trabalho e tempo pessoal.

Se, por um lado, as tecnologias e mundo digital facilitam o acesso dos consumidores a inúmeros serviços e fornecimentos; representam alternativas de ocupação e geração de renda para milhões de pessoas (como foi na pandemia), por outro lado suprimem direitos e proteção social, assim como transferem os riscos e custos da produção/ operações para os trabalhadores.

Destacaríamos alguns desafios para o movimento sindical, para a classe trabalhadora:

- Inovações tecnológicas serem aliadas, não substitutas do trabalhador;
- Tecnologias serem propriedade coletiva;
- Resgatar o “trabalho social”, o fazer coletivo, a solidariedade no mundo do trabalho;
- Tecnologias não serem novas “formas de escravidão”, de discriminação, de humilhação;
- Tecnologias não camuflarem a violência no local de trabalho, tanto sobre quem presta atendimento, quanto sobre quem recebe (“os dois lados do balcão”).

4.7- Prática sindical

Não podemos permitir que percalços e possíveis contradições internas deem margem para divisionismos, pois isto é um auxílio para que patrões e governos tentem destruir a independência das organizações sindicais construídas pelos trabalhadores.

Temos a convicção de que nossas divergências devem ser enfrentadas tendo como princípio fundamental a independência de classe, mas, também, a unidade da classe trabalhadora.

Compreendemos que nossa prática sindical deve se pautar por linhas centrais como:

- a) Ser uma entidade sindical humanizada e solidária, construído com cumprimento do Estatuto e das Resoluções de seus fóruns deliberativos;
- b) Buscar antecipar-se aos problemas com atitudes, respeito, bom senso, superação de problemas, atendimento às demandas;
- c) Investir em comunicação para a defesa do servidor e do serviço público;
- d) Investir em formação sindical, preparando a categoria a entender e destrinchar as temáticas que surgem do conflito das relações de trabalho no serviço público federal; que auxilie a categoria a identificar alternativas de enfrentamento das dificuldades, superação de desafios, percepção de que não há saídas setorializadas e sim de conjunto, se quisermos, de fato, não sermos “joguete” dos governantes de plantão; e buscar maior envolvimento com os movimentos sociais.
- e) Retomar a capacidade de mobilização e luta sindical. O debate sobre organização sindical deve ocorrer com capacidade de aprofundar as experiências no setor.

5) CAMPANHA SALARIAL 2023/2024

5.1 – Enfrentar o arrocho fiscal neoliberal

Emparedado por um congresso conservador, reacionário e vendido ao capital financeiro, cercado pela imprensa igualmente porta-voz dos interesses do imperialismo, o governo assumiu, ainda antes da posse, em dezembro de 2021, o compromisso de propor uma lei que substituísse o teto de gastos (EC 95/2016) do golpista Temer, na chamada PEC da transição (EC 126/2022).

Ninguém poderia acreditar que coisa boa sairia desse compromisso com o congresso reacionário. E o projeto original do governo (PLP 93/2023), que já era muito ruim e restritivo, foi enormemente piorado pela Câmara dos Deputados, em votação relâmpago realizada em 24 de maio.

O NAF submete a um brutal arrocho todas as despesas primárias, entre elas o reajuste salarial dos servidores, realização de concursos públicos, criação e reestruturação de carreiras. Na melhor das hipóteses, se as previsões mais otimistas se confirmarem, o NAF limita o crescimento real a, no máximo 2,5%. Para se ter uma ideia, nos governos Lula e Dilma o crescimento médio anual real foi de 7,5%, três vezes mais!

As emendas parlamentares, por outro lado, estarão garantidas. É uma total contradição com a soberania popular.

São os especuladores da dívida pública que arreganham os dentes para defender algum tipo de “âncora fiscal” que é o esmagamento dos gastos sociais para a produção de “superávits primários” que garantem o pagamento dos juros.

É um suicídio econômico aprovar leis com esse conteúdo. São leis que garantem o lucro especulativo privado dos magnatas ao mesmo tempo que “socializam” os prejuízos financeiros quando estouram as crises: foi assim em 2008, por exemplo.

Quando o mercado financeiro “quebra” eles correm para se socorrer no caixa dos estados, nos bancos centrais. Mas quando um programa social é anunciado para o povo que passa fome e está desempregado eles urram acusando “a ganância”.

O crescimento robusto dos gastos sociais e dos investimentos públicos melhora a distribuição de renda e alavanca o desenvolvimento econômico e a reindustrialização do país.

Na campanha salarial 2023/2024 nossas reivindicações se chocam com essas restrições orçamentárias e a mobilização precisa ser reforçada em permanência até que a LOA para 2024 seja aprovada no Congresso (atualizar em novembro/dezembro).

5.2 - Regulamentação da Convenção OIT 151

Um segundo ponto fundamental neste período é o acompanhamento do Projeto de Lei sobre negociação coletiva que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele foi discutido no âmbito das entidades filiadas à CUT e com as demais centrais sindicais para ser encaminhado ao governo. No momento está em fase final de elaboração [atualizar com as informações disponíveis até a realização do Congresso].

6. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Mesmo no século XXI, ainda persistem muitas desigualdades entre homens e mulheres no trabalho, no sindicato e na política. Os números não refletem a realidade, pois as mulheres são 51% da população brasileira e 52% do eleitorado, mas a presença feminina no parlamento é minúscula.

No movimento sindical, a paridade estatutária nas direções da CUT foi aprovada por resolução congressual que teve como objetivo ampliar a participação das mulheres nos espaços de direção. Precisamos aprofundar esse debate e resolução no interior da Condsef/Fenadsef e suas filiadas.

Todo lugar às mulheres e suas reivindicações específicas que precisam ser assumidas coletivamente por homens e mulheres. É preciso também aprofundar o debate sobre como os espaços sindicais devam ser legitimamente ocupados pelas mulheres trabalhadoras ao lado da política de cotas em geral (mulheres, negros, pessoas com deficiência, LGBTQIA+).

As desigualdades encontradas pelas mulheres no mercado de trabalho ainda são enormes: maior desemprego, menos participação e mais informalidade, salários desiguais, segmentação ocupacional, dupla jornada e escassez de políticas que ajudem a conciliar o trabalho de reprodução social e aquele voltado ao mercado, quando as mulheres optam por ser mães e trabalhadoras. Os postos de comando, ou seja, os empregos/cargos mais valorizados, com mais poder e mais bem remunerados, continuam majoritariamente masculinos. Precisamos aprofundar, no interior da Condsef/Fenadsef, essa problemática da presença feminina no trabalho, no sindicato e na política.

Ao longo da história, as mulheres trabalhadoras sempre estiveram na linha de frente das lutas populares por direitos e por melhores condições de vida, carregando o fardo de toda exploração capitalista, patriarcal e racista que oprime as mulheres, sejam responsáveis pelas famílias, negras, indígenas, quilombolas, LGBTQs, jovens, idosas, com deficiências, nos campos, nas águas, nas florestas, nas cidades; de um sistema político e econômico que se utiliza da exploração da força de trabalho feminino e dos corpos das mulheres para se sustentar.

Jornadas duplas, triplas ou contínuas, que exigem um grau de responsabilidade e comprometimento quase integral. É rotineiro, mas são muitas etapas no cuidar da família que nem sempre é percebido o tempo gasto, de fato, com essas tarefas. Essa é a economia do cuidado. Um trabalho invisível que move o mundo. É fundamental valorizar esta função, quase sempre executada por mulheres, que motiva o esgotamento mental e físico difícil de ser zerado. Esse é um debate necessário. É um trabalho não remunerado, mal pago e é a crise global da desigualdade. Não são contabilizadas essas horas gastas com tais tarefas, que muitas vezes são onerosas e exaustivas. Mulheres gastam cerca de

61 horas por semana nesses trabalhos não remunerados e considerados invisíveis ou desvalorizados. É o aprofundamento do abismo de oportunidades entre homens e mulheres.

Um sistema explorador que alimenta discursos de ódio, misóginos, de violência constante e alarmante, que se amplia a cada dia contra as mulheres e meninas, alvos preferenciais dos machistas, racistas, homofóbicos

Uma mulher é assassinada a cada duas horas em nosso país, sendo 66% destas mulheres negras. Também somos o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo e 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. A violência contra as mulheres com deficiência cresceu 67,9% durante a pandemia. A violência obstétrica (que ocorre no pré-natal, parto, pós-parto, aborto) atinge uma em cada quatro mulheres no nosso país; dessas, 65,9% são negras. Frente a tantas violências, as mulheres bradam: não somos números, somos vidas!

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma triste realidade no Brasil, com números alarmantes, sem contar muitos casos que não são denunciados por medo, vergonha, ameaças ou falta de acesso aos serviços de apoio.

Precisamos continuar a luta por medidas protetivas mais rápidas e efetivas, apesar dos avanços conquistados a partir da Lei Maria da Penha/ 2006 e sua recente modificação pela Lei 14.550/23.

O combate à violência contra a mulher, ao feminicídio precisa ser uma luta de toda a sociedade, homens e mulheres. Quem violenta uma mulher, violenta toda a sociedade!

Enfrentando a violência no trabalho: pela ratificação da Convenção nº190 da OIT

O assédio sexual e moral como expressão da violência no trabalho, em especial a de gênero, vem sendo denunciado pelas sindicalistas como causa para desistência do emprego, adoecimento, desrespeito à dignidade.

Após uma década de lutas, por diversas organizações sindicais, com o apoio de várias entidades, as mulheres conseguiram que a OIT aprovasse, em junho de 2019, uma Convenção Internacional para prevenir e eliminar a violência no local de trabalho: a Convenção 190.

Essa Convenção é a primeira no mundo a garantir o direito universal a um mundo de trabalho livre de violência e assédio. Ela já foi ratificada por 30 países.

A questão da violência e do assédio não são episódios isolados, mas um fenômeno generalizado que encontra na inação e no silêncio os seus maiores aliados.

A ratificação é um passo para que situações antes silenciosas pisam ser denunciadas de maneira que garantam a segurança da vítima.

Foi uma conquista de movimentos de mulheres, mas interessa a homens e mulheres, mas interessa a homens e mulheres, por reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo violência e assédio com base em gênero.

O Presidente Lula já se comprometeu a assinar esse tratado, mas ele precisa ser aprovado pelo Congresso.

Portanto, consideramos fundamental a Condsef/Fenadsef continuar atuando junto à ISP para o Brasil ratificar a Convenção 190, integrando a Campanha, participando de agenda temática, desenvolvendo ações para socializar com suas entidades, sensibilizando e refletindo como inserir essa importante conquista em sua ação sindical; para elucidar dúvidas e oferecer caminhos para tratar o tema no cotidiano, vem como incluí-lo nas negociações coletivas.

Essa pauta interessa a aos trabalhadores e trabalhadoras de nossa categoria.

A luta por autonomia, equidade e justiça social já obteve muitas conquistas, mas ainda é necessária grande transformação cultural para a efetiva prevenção, assistência e garantia de direitos.

7- VIDASNEGRASIMPORTAM

Por igualdade racial e respeito pela vida do povo negro!

Enquanto houver racismo, não haverá democracia!

Apesar do grito que ecoou a partir dos Estados Unidos e volta e meia ressoa pelo mundo, incluindo o Brasil, o povo preto continua alvo diário de atitudes discriminatórias, que visam invisibilizar, desvalorizar e tratá-lo como coisa, como “boi de carga”, “máquina reprodutora de mão de obra”, “carne mais barata do mercado”.

São atitudes que ratificam o racismo estrutural que alicerça relações que colocam as populações indígenas, quilombolas e o povo negro em constantes ameaças à sua integridade física, psicológica, social, religiosa, de gênero, raça e classe.

Atitudes como essas marcam a história das violências contra a população negra.

Alertamos as autoridades, em especial os governos eleitos, para fatos desta natureza, porque remetem aos gestores a necessidade de adotarem políticas públicas de combate ao racismo estrutural) institucional que tem como consequência dramática a negação do direito mais fundamental para a população negra: a vida!

Os indicadores sociais, em relação à violência contra o povo negro, com destaques para o genocídio da juventude negra, feminicídio, conflitos agrários e hídricos, desemprego, fome, moradia precária, guerra às drogas ilícitas, tráfico de armas, apontam para a urgência de políticas públicas a curto, médio e longo prazo.

Essas políticas públicas precisam contribuir para a superação do racismo estrutural, racismo institucional, racismo religioso, racismo ambiental, com ações transversais articuladas com o controle social nos conselhos municipais, estaduais e federais e nas conferências no âmbito das três esferas de governo.

As instituições policiais, em todo o país, precisam ser reconstruídas, na contramão da política de formação de atirar primeiro e perguntar depois. Das 47.508 mortes em 2022, mais de 50% eram crianças e jovens com idade entre 12 e 29 anos.

Vale, também, salientar a importância de ampliar o Plano da Juventude Negra Viva, tornando-se no PPA (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania), em uma rede articulada de forma humanizada nas três esferas de governo.

Diante desse contexto, o movimento sindical também precisa refletir como sua política contribui nessa superação, no uso de estratégias para avançar na luta antirracista.

Assim, destacamos alguns desafios:

- Estabelecer diálogo com movimentos sociais, comunidades e com as bases;

- Desenvolver atitude antirracista na ação sindical cotidiana (atentamento às situações do dia a dia);
- Perceber ferramentas alternativas importantes: cultura, comunicação (avanço digital para falar com a base/juventude), sendo fundamentais para relacionar com as novas gerações;
- Formação sindical como estratégia para avançar na luta antirracista;
- Ser ação da organização sindical, não apenas do dirigente em si.

8 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE

A exploração do agronegócio e de grandes empreendimentos das empresas mineradoras, empresas industriais eólicas e solar, grilagem de terras virtual (com uma nova modalidade nos Territórios de Identidades nos diversos Biomas brasileiros), povos e comunidades tradicionais são alvos de ataques diariamente através de conflitos agrários e hídricos na lógica mercantilista, nos modus operandi capitalista.

O processo de desertificação no Semiárido Brasileiro, com destaque para o Bioma Caatinga, eficaz em capturar carbono na atmosfera, com a devastação, em 2022, se fragiliza com a chegada de indústrias de energia renovável. Os impactos da produção industrial de energia renovável e expansão urbana, na concepção neoliberal na lógica capitalista, tem como característica o racismo estrutural e o racismo ambiental nas comunidades, que, de forma gananciosa, afetam a cadeia de produção de alimentos com mudanças climáticas.

Com a troca da matriz energética, da queima dos combustíveis fósseis para produção industrial de energia eólica e solar, com o desmatamento do Bioma Caatinga e outros Biomas; com a instalação dos Parques Industriais, muitas são as consequências ao ambiente, principalmente em áreas de preservação ambiental, que afetam as populações e biodiversidade, com perturbações diretamente por esses Parques Industriais.

Recentemente, o Mapbiomas divulgou o relatório anual do desmatamento (RAD) 2022, que registrou, pela primeira vez, a destruição do Bioma Caatinga causada pela expansão da Infraestrutura das duas “Energias Limpas”.

Em 2022, mais de 4 mil hectares de uma floresta genuinamente brasileira foram derrubadas pelas usinas de energia eólica e solar, incluindo as linhas de transmissão.

Desmatamento cresce 22% no Brasil em 2022, agropecuária é principal responsável, segundo Mapbiomas.

O impacto Sócio Ambiental nas populações do campo, com a implantação dos Parques Industriais, traz um prejuízo para a comunidade. Além da questão ambiental, esses Parques Industriais, com um mar de placas fotovoltaicas e inúmeros cata-ventos gigantes, provocam - ao lado de grandes prejuízos à fauna - empobrecimento, fome, expulsão dos povos tradicionais do campo, adoecimento e muito sofrimento para as famílias que moram no Território de Identidade.

9. BALANÇO DA CONDSEF/FENADSEF GESTÃO 2020/2024

Os últimos 4 anos foram uma prova de resistência para as organizações dos trabalhadores, pois, enfrentamos um verdadeiro petardo quando foi lançado pelo criminoso governo Bolsonaro com a edição das Propostas de Emendas Constitucionais (emergencial), (PEC - 32/2020) que previa a redução de 25% da jornada de trabalho e dos salários dos servidores públicos, visando cumprir os “limites de gastos com pessoal”: corte de reajustes salariais, da criação de cargos, de novas contratações e de aumentar despesas com os auxílios aos servidores, caso as despesas correntes da união, estados e municípios em situação de "aperto fiscal" superem 95% das receitas. Além da proibição de novos concursos públicos, suspensão das progressões de carreira do funcionalismo, entre outras verdadeiras aberrações

Reafirmamos a importância de resgatar sindicatos que se afastaram do cotidiano e das instâncias da Condsef/Fenadsef, promovemos a fusão de entidades sindicais, tendo como experiência o estado do Mato Grosso do Sul, com a fusão do Sindsep com o Sindsprev, além de orientar e promover um processo imediato de filiação de novos sindicatos.

Enfrentamos a crise no momento dos cortes nas consignações, orientando ações que na sua maioria obtiveram sucesso, com uma pressão, inclusive no congresso, que fez cair a MP 873.

Não nos restou alternativa: lutamos ou lutamos, e construímos a mais ampla unidade entre todos os setores da administração pública direta e indireta, servidores do legislativo e do judiciário. A Condsef que nasceu sobre a bandeira da mais ampla representação sindical, teve a responsabilidade de propor e organizar esta unidade. Pela sua história de luta e combatividade, teve também a autoridade para liderar esta batalha.

E liderar esta batalha significou apontar rumos que possibilitaram colocar a categoria em movimento em defesa de seu emprego e do serviço público, como também contra o desmonte das estruturas de estado, tão importantes em um país desigual como é o caso do Brasil. Portanto, foi necessário a mais ampla unidade de todas as entidades representativas do funcionalismo público para enfrentar esta batalha, pois o Bolsonaro contou com o apoio de grande parte do congresso nacional, do mercado e da maioria da mídia golpista, para tentar implementar até o fim este projeto destruidor.

A unidade significa retomar o projeto de entidades as mais amplas possíveis, com representações do conjunto da categoria. E a autoridade da nossa Confederação que está no seu DNA, sendo que sua origem é de representação do conjunto da classe do funcionalismo público. Para enfrentar a unidade dos detentores do capital e do

aparelho de estado, foi necessário a unidade dos que colocam em funcionamento estas estruturas, ou seja: a classe trabalhadora.

A gestão 2020/2024 manteve a tradição de autonomia e independência de nossa entidade em relação a partidos e governos. Um exemplo dessa atuação foi a trajetória da atual gestão, na defesa dos interesses materiais e morais (2) dos servidores e empregados públicos que foi articulada com a defesa da democracia e da unidade da classe trabalhadora.

Na luta contra os ataques à democracia que implicou numa generalizada ofensiva contra os trabalhadores em geral e com muita força contra os servidores e empregados públicos em particular.

A Condsef/Fenadsef não se retraiu diante do Governo e da manipulação da imprensa contra os serviços e os servidores públicos, lutando especialmente contra a terceirização, a reforma Trabalhista e da Previdência, participando das mobilizações gerais de 2019 a 2022 contra a reforma da Previdência e enfrentando o desgoverno Bolsonaro com a sua proposta de PEC/32 de 2020, que eles chamam de reforma administrativa, foram praticamente dois anos de enfrentamento com muita mobilização com atividades nos aeroportos de todos os estados e na câmara dos deputados com o objetivo de pressionar os parlamentares a rejeitarem esse entulho de reforma, Também impulsionamos a participação da categoria nas diversas manifestações ocorridas em Brasília, específicas e gerais, como a luta contra o fascismo e o negacionismo, a luta por vacina para todos e pelo fora bolsonaro genocida, a Marcha das Margaridas, e nas atividades da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos e das Estatais.

Nossa entidade lutou ao lado dos trabalhadores das Empresas Estatais de sua base na negociação de Acordos Coletivos de Trabalho numa situação extremamente difícil, legitimando a Condsef/Fenadsef como representante desses segmentos. Participou de Audiências Públicas acusando o governo genocida de promover o desmonte do Serviço Público, iniciado com as privatizações. Convocou sua base para mobilizações contra as Reformas do Governo, bem como contra a EC 95.

Na defesa dos servidores e empregados públicos, a Condsef/Fenadsef denunciou a exploração predatória da biodiversidade, do território, da água e dos recursos minerais, a liberalização da mineração em terras indígenas e áreas de preservação, o desmatamento da Amazônia, os conflitos e a perseguição de lideranças no campo, as mortes do Bruno e Dominique, as demissões e as transferências de profissionais qualificados em meio ambiente e em pesquisas, o desmonte da legislação ambiental, os descasos como as queimadas na Amazônia.

A Condsef/Fenadsef se engajou firmemente na defesa da FUNAI contra os ataques de Bolsonaro-Xavier. E também participou firmemente do combate contra o

Arcabouço Fiscal do Governo, presente ativamente na audiência pública MP Senado e nas outras audiências públicas e fóruns de debates e lutas contra o novo regime fiscal.

Essas e outras catástrofes não são meras fatalidades mas, sim, são o resultado da falta dos serviços públicos, do seu desmonte e da privatização de estatais. Por isso a defesa do servidor e empregado público, do serviço público e das estatais é também a defesa dos direitos e das condições de vida do povo trabalhador do Brasil.

A Condsef/Fenadsef foi protagonista para organizar a unidade das três esferas do setor público cutista, essa unidade foi fundamental para que a PEC 32/2020 não fosse a frente na câmara dos deputados.

Para orgulho dos servidores e empregados públicos, hoje a confederação/federação tem a sua sede própria, uma conquista histórica para a nossa categoria.

Como parte da defesa material e moral da classe trabalhadora, é tarefa das organizações sindicais o combate a todo tipo de discriminação. A pauta dos movimentos sociais, por melhores condições de vida e trabalho, vem ao encontro das bandeiras históricas de entidades do serviço público, como a valorização do serviço público e de seus/suas trabalhadores/as. É uma luta que envolve a questão da mulher, o combate ao assédio moral/ violência no local de trabalho, o combate à homofobia.

No processo eleitoral de 2018, surgiram covardes candidaturas caluniosas e cheias de ódio contra mulheres, negras, indígenas, populações LGBTQI+ e outros tantos segmentos excluídos.

Conclamamos esses segmentos da base da Condsef/Fenadsef para se envolverem nos movimentos, debaterem e apresentarem em nossos fóruns suas realidades e demandas, pois, mais do que nunca, é hora de marchamos juntos, com força, unidade e ousadia.

Nossa Confederação e Federação desenvolveram ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos, definindo ações na defesa de políticas públicas para as diversas áreas.

A Condsef/Fenadsef, juntamente com nossas entidades filiadas combateram com muita eficácia a Medida Provisória nº 1.156, que extinguiu a Funasa, foi mediante as nossas ações que a mesma perdeu a sua validade/caducou, porém, de forma não compreensível, o governo tentou de todas as formas extinguir a Fundação através de proposta que foi acrescentada na Medida Provisória nº 1.154, que definia a nova estrutura do governo com criação de novos ministérios, porém não teve êxito, neste ataque a nossa instituição.

Durante a votação da Medida Provisória 1.154, o governo não tinha votos suficientes para aprovar a MP mesmo com as alterações feitas pelo relator, deputado Isnaldo Bulhões. No debate o Deputado Danilo Forte, encaminhou um destaque pedindo a retirada do artigo que pedia a extinção da Funasa e conseguiu um acordo.

O fim da Funasa foi alvo de críticas de parlamentares com interesse em indicações para cargos. O destaque ocorreu com a anuência do líder do governo José Guimarães, que disse que seria “um gesto de grandeza” do governo em reconhecimento ao gesto da Câmara de aprovar a MP 1.154, “O governo libera a questão da Funasa até para facilitar a vida de todos aqui, disse Guimarães, após aprovação do texto base. Podemos destacar que 20 deputados de partidos com ministros votaram contra o governo Lula. “O governo já entendeu que a aprovação da MP não é uma vitória dele, é apenas uma carta de crédito que receberam e agora vai ter que abrir uma negociação política”, disse Artur Lira. Votação 337 a favor e 125 contra.

Repudiamos a proposta de extinção da Funasa pelos seguintes motivos:

- A execução orçamentária da Funasa é superior a 94%;
- Apesar da redução no quadro de pessoal e desmonte do órgão, o desempenho da instituição é efetivo nas entregas à sociedade;
- Associações e cooperativas de recicladores de materiais se fortalecem com as atuações da Funasa nos municípios;
- Interesse público relevante na proteção e inclusão de grupos populacionais vulneráveis;
- Metas para universalização do saneamento básico no Brasil passa pelo fortalecimento da Funasa como instituição;
- Sua extinção representa a paralisação de ações em curso com impactos negativos em comunidades rurais e tradicionais (ribeirinhos e quilombolas);
- A Funasa tem parcerias com instituições de ensino técnico, superior e de pesquisa, e contribui diretamente na formação de mestres, doutores e pós-doutores pelo país na área de saneamento;
- Elaborou o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) que depende de orçamento para ser implementado;
- Em seu quadro a Funasa conta com profissionais com a necessária inter-relação entre as políticas de saúde, saneamento e meio ambiente; A extinção da Funasa é desproporcional e precipitada podendo trazer prejuízos à sustentabilidade do SUS e do próprio Ministério da Saúde;

- O governo já manifestou intenção de reestruturar outros órgãos e pode fazer o mesmo com a Funasa. Com a retirada do artigo que pedia a extinção a Funasa foi recriada, mas para poder voltar a funcionar plenamente necessita de um Decreto Legislativo, para que a Funasa volte como era antes e nós repudiamos a demora do congresso em fazer este decreto, pois quem está perdendo é a população que não está sendo atendida e diversos problemas estão ocorrendo.

10) PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, PLANO DE LUTAS, CAMPANHAS

Elencamos aqui os eixos gerais de nossa pauta de reivindicações, nosso plano de lutas, e campanhas, a serem desenvolvidas na nova gestão da Condsef/Fenadsef, e no novo cenário que estamos enfrentando e iremos enfrentar nos próximos anos.

Estes eixos devem ser desdobrados, posteriormente, em ações táticas e estratégicas, pela Condsef/Fenadsef e os sindicatos filiados.

SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

- Reajuste salarial com reposição das perdas inflacionárias dos últimos anos e adoção de uma política salarial permanente, com manutenção do poder de compra dos salários, valorização do vencimento básico, incorporação de todas as gratificações e correção das desigualdades salariais entre as categorias com semelhantes atribuições e requisitos de ingresso;
- A construção de uma política de saúde dos trabalhadores no serviço público federal, que comece com a elevação da contrapartida per capita do governo para 50% do valor da despesa do servidor com o plano de saúde, mas que evolua para o atendimento digno no sistema público, de acordo com as necessidades e especificidades das categorias;
- Justiça e igualdade dos benefícios (auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio saúde, auxílio transporte, etc.) de maneira isonômica entre os trabalhadores no Serviço Público Federal dos Três Poderes;
- Garantir o pagamento dos adicionais de insalubridade ou de periculosidade, calculados sobre o Vencimento Básico, para todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras no serviço público, que laborem sob condições de risco à integridade da saúde;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- Extensão dos índices da Lei 13.464/2017 para todos os servidores públicos federais;
- Retomar as negociações junto ao Governo sobre o tratamento isonômico para os cargos de iguais atribuições;
- Revisão da Tabela do Imposto de Renda.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público (Convenção 151 da OIT - Organização Internacional do Trabalho), definindo o 1º de maio como data-base da categoria;
- Realizar uma campanha nacional, envolvendo os sindicatos filiados, de disseminação da importância da negociação coletiva nas relações de trabalho em geral e no setor público, sobre o estágio atual da regulamentação e capacitação para realizar a defesa permanente desta regulamentação;
- Instalação imediata das mesas setoriais, as quais deverão ser articuladas e desdobradas em mesas estaduais vinculadas às mesas nacionais;
- Melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) para as empresas públicas: Conab (2023/2024), Ebserh (2023/2024), HFA (celebrar novo acordo para os celetistas) e Valec (acompanhar as negociações com o sindicato dos metalúrgicos de BH) e Hemobrás (2023/2024);
- Migrar os professores do Ensino Básico Federal- EBF (Lei 11.784/08) dos ex-territórios, que se aposentaram com fundamentos na Emenda 20, para a carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- EBTT (Lei 12.772/12);
- Extensão dos benefícios da Lei 12.772/12 a todos trabalhadores da educação dos Ex-Territórios;
- Lutar pelo cumprimento de todos os acordos assinados durante o Governo Lula e Dilma em 2015;
- Pela data-base em 1º de maio dos servidores regidos pela Lei 8.112/90;
- Pela defesa do direito de greve e da negociação coletiva;
- Lutar por uma campanha salarial unificada, data-base com reposição inflacionária;
- Apresentar pauta para o governo, onde todo o debate que envolva a administração pública aconteça na MNNP;
- Elaborar orientação geral de atuação para que as Mesas Setoriais estejam em sintonia com a MNNP.

DIREITOS DOS APOSENTADOS

- Lutar pela reversão das regras que extinguiram a paridade e a integralidade no regime previdenciário dos servidores garantindo a incorporação das gratificações produtivistas na aposentadoria, inclusive 100% da GSISTE;

- Garantir aposentadoria especial para os trabalhadores (as) que trabalham em áreas insalubres e perigosas;
- Extensão da Lei 13.324/2015 (incorporação) para todos os aposentados
- Solicitar ao MGI a elaboração de um programa de acolhimento, orientação e atendimento aos servidores aposentados e em processo de aposentadoria;
- Aprovação do PL 2635/2022, que permite aos empregados públicos que já tenham atingido a idade limite para aposentadoria compulsória (75 anos) permanecerem em atividade até completar o tempo mínimo de contribuição requerido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- Lutar pela aprovação da PEC 555 – que isenta aposentados e pensionistas da taxaço do plano de seguridade social.

NÃO À TERCEIRIZAÇÃO

- Enfrentamento à precarização no Serviço Público, superando os processos de terceirização por contratações estáveis e remuneração isonômica para todos os trabalhadores e trabalhadoras no serviço público federal; Lutar contra a terceirização, concomitantemente à garantir da manutenção do emprego e a melhoria salarial e de condições de trabalho para os trabalhadores terceirizados.

FORTALECIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DAS ESTATAIS E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Reestruturação da carreira de seguridade social e do Plano geral de cargos do poder executivo/PGPE. Reestruturação dos planos especiais de cargos e carreiras específicas dos diversos órgãos com correções das distorções salariais;
- Pela defesa da estabilidade e dos direitos dos trabalhadores do serviço público;
- Reconstrução e Transformação dos Serviços Públicos, com a abertura imediata de concursos públicos, cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência e cotas sociais conforme diretrizes da Condsef visando a buscar o efetivo compromisso com um serviço público de qualidade a serviço da redução das desigualdades sociais e comprometido com o desenvolvimento soberano da nação;
- Celebração de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) que garantam o poder de compra dos salários dos empregados/as em empresas públicas, concomitantemente com a melhoria das condições de trabalho;

- Defender Serviço de Assistência à Saúde que atendam às necessidades de todos/as trabalhadores e trabalhadoras em empresas públicas. Qualquer alteração dos atuais serviços só pode ser realizada ouvindo os trabalhadores e que atendam suas necessidades de serviço em abrangência e qualidade para todos/as. A implementação somente deve ocorrer depois de ser apreciada e aprovada pelas instâncias deliberativas de suas organizações sindicais;
- Exigir a realização dos exames periódicos de saúde que estão previstos na Lei n. 8112/1990 e no Decreto n. 6856/2009;
- Definição e negociação de Diretrizes para os Planos de Cargos e Carreiras no Serviço Público Federal que compatibilizem as necessidades de um Estado forte na prestação de serviços, promotor do desenvolvimento sustentável, garantidor da soberania nacional e dos direitos da cidadania com a dignidade de salários e condições de trabalho isonômica para todo o funcionalismo federal nos três poderes;
- Lutar pela imediata implementação do Decreto nº 11.443/2023 assinado pelo presidente Lula, que estabelece o percentual mínimo de 30% de cargos e funções comissionadas destinados à ocupação por trabalhadoras mulheres e negros;
- Estender aos servidores a possibilidade de cessão aos demais poderes, sem prejuízo financeiro no recebimento do valor da gratificação – GDPGPE, criada pela Lei nº 11.784/2008;
- Lutar para que em todos os órgãos da administração federal sejam reestruturados os cargos e as carreiras de maneira a garantir concurso e remuneração digna a todos os trabalhadores sejam de formação do nível fundamental, nível médio ou superior;
- Lutar pela adesão do Brasil à Convenção 190 da OIT contra o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; E para que o Governo construa e implemente um plano estratégico e de uma legislação nacional pelo combate ao assédio moral contra trabalhadoras e trabalhadores no ambiente de trabalho, observando as especificidades de gênero, raça e etnia;
- Realização de concursos públicos para preenchimento das vagas existentes; e ampliação de mais vagas, de acordo com as necessidades em cada órgão e ministério, no sentido de ampliar os serviços públicos e políticas sociais do Estado brasileiro;
- Lutar pela reedição do Decreto 5.497/2005 que torna obrigatório que 70% dos cargos e funções comissionados sejam destinados a servidores efetivos;
- Lutar pela manutenção do RJU na administração pública;
- Lutar contra a implantação de outros regimes jurídicos na administração pública;

- Lutar contra todas as privatizações de órgãos públicos e estatais (Eletrobrás, Petrobrás, Casa da Moeda, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios, entre outros);
- Lutar contra a proposta de Lei do Saneamento, em tramitação no Congresso nacional;
- Defesa do SUS, das estatais e garantia da participação popular nos fóruns de políticas públicas;
- Lutar pelo fim do ponto eletrônico na hora do almoço;
- Lutar, em parceria com as entidades representativas da educação pública, para melhorar a situação dos professores e trabalhadoras da educação, sejam federais, estaduais, e municipais, por definições de planos de carreiras, concursos, combate aos contratos temporários e precários, reajustes dos salários, cumprimento da Lei do Piso, e respeito a gestão democrática das escolas, especialmente as trabalhadoras da educação dos ex-Territórios;
- Pelas plenas condições de trabalho.

REVOGAÇÃO

- Lutar pela revogação das Reformas da Previdência (EC 103/2019) e Trabalhista (Lei 13.467/2017); E de toda legislação que retire direitos funcionais e remuneratórios dos trabalhadores, trabalhadoras retiram ou reduzem as atribuições dos órgãos; E pela revogação da lei 13.429/2017 da terceirização sem limites;
- Retirada da Reforma Administrativa (PEC 32) da pauta do Congresso;
- Lutar para que a EC 95 seja revogada e para que seja revisto integralmente o Novo Arcabouço Fiscal retirando os dispositivos que restringem o papel do Estado no Desenvolvimento e na ampliação dos serviços e políticas públicas;
- Revogação de todas as medidas do desgoverno Bolsonaro (portarias, decretos, instruções normativas, dentre outras), a exemplo das IN 02/2018 e 54/2021, que prejudicam os servidores e serviços públicos, e exoneração imediata de todos os ocupantes de cargos comissionados nomeados pelo desgoverno genocida que perseguiram servidores e integraram a indústria de processos administrativos –PADs;
- Derrotar as PECs 186, 187 e 188/2019 de Bolsonaro-Paulo Guedes;
- Retirada da MP 905/2019 (carteira "verde e amarela);

- Lutar pela autonomia das Universidades Federais, em defesa da educação pública e gratuita como dever do Estado e direito social, e pela revogação da Reforma do Ensino Médio iniciada por Temer e aprofundada por Bolsonaro.

TELETRABALHO E PROGRAMAS DE GESTÃO DE DESEMPENHO

- Rediscussão imediata dos Programas de Gestão e Desempenho (PGDs), abrindo a negociação com as organizações dos trabalhadores no serviço público para a definição dos requisitos e parâmetros a serem adotados, garantindo metas não abusivas, jornadas de trabalho definidas com os contratos e concursos, monitoramento da saúde dos trabalhadores em trabalho remoto, custeio estatal para garantir as condições adequadas, direito a desconexão, reconhecimento das ferramentas de monitoramento da jornada de trabalho dos trabalhadores, mecanismos negociados de solução de conflitos entre trabalhadores e governo;
- Realizar estudos e projeções sobre o uso do trabalho remoto e o uso de inteligência artificial em serviços públicos para subsidiar os trabalhadores e seus sindicatos na proteção dos direitos;
- Regulamentação do trabalho remoto com garantia dos direitos e sem redução de salário; combater a precarização.

REFORMAS ESTRUTURAIS

- Aprovação das Reformas Estruturais (Reforma Agrária, Reforma Tributária, Reforma Política e Democratização da Mídia);
- Lutar para garantir os direitos a salários dignos, direitos previdenciários e direitos trabalhistas dos agentes combate às endemias;
- Lutar pela auditoria da dívida pública, removendo os mecanismos jurídicos que garantem os ganhos absurdos dos rentistas e especuladores;
- Aprovação do Imposto sobre as grandes fortunas;
- Fim do Financiamento Empresarial de Campanha Eleitoral; Apoio irrestrito a todas as lutas que têm como bandeira o fim do Sistema Capitalista;
- Reconstrução do Brasil através de um projeto que contenha crescimento econômico e distribuição de renda; bem estar social para toda a população; que a tecnologia não provoque desemprego e sim haja relação amigável com inovação tecnológica;

investimentos públicos com efeitos multiplicadores, combatendo todos os tipos de desigualdades;

- Participação das entidades sindicais nos debates do Orçamento 2024 e da nova regra fiscal do governo Lula; Revogação de todas as medidas do desgoverno Bolsonaro (portarias, decretos, instruções normativas, dentre outras) que prejudicam os servidores e serviços públicos e a exoneração imediata de todos os ocupantes de cargos comissionados que perseguiram servidores e integraram a indústria de processos administrativos - PADs;
- Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do DIEESE, reajustando de acordo com a inflação;
- Política de moradia para atender a todos os trabalhadores;
- Reestatização das empresas já privatizadas e mais nenhuma privatização;
- Defesa do meio ambiente;
- Reorganização profunda do sistema de proteção social, laboral e previdenciária.

DIREITOS SINDICAIS

- Lutar pelo direito dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público à liberação para o exercício de mandato sindical, sem prejuízo da sua carreira e dos direitos adquiridos; Propor a regulamentação da liberação dos servidores para participar das atividades sindicais da sua categoria;
- Exigir o cumprimento do disposto no Decreto nº 9.261, de 8 de janeiro de 2018, Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004;
- Apoio irrestrito aos movimentos grevistas dos trabalhadores; pelo direito de greve;

ORGANIZAÇÃO SINDICAL E QUESTÕES SOCIAIS

- Manter a CUT, a Condsef/Fenadsef e suas filiadas independentes de todo e qualquer governo, patrões e partidos políticos; liberdade e autonomia sindical;
- Orientar os Sindicatos filiados a ampliar e garantir espaço para as reivindicações das mulheres;
- Desenvolver uma política de enfrentamento às variadas formas de violência e discriminação, no local de trabalho, no ambiente doméstico e na sociedade, contra as

mulheres, a população LGBTQIAPN+, os idosos, as pessoas com deficiência, a população negra, indígena e demais “minorias” étnicas e sociais;

- Organizar um processo de discussão, na Condsef/Fenadsef e nos sindicatos filiados, sobre a possibilidade de criação de secretarias e coletivos para desenvolver campanhas específicas de filiação, formação e informação sobre os direitos das mulheres;
- Lutar pela promoção da igualdade de gênero e raça no trabalho e na sociedade, pela inclusão das pessoas com deficiência, pela eliminação da miséria e pela redução das desigualdades sociais;
- Cumprimento imediato da Lei que estabelece o mínimo de 5% de pessoas *com deficiência* trabalhando como servidoras federais;
- Promover a participação e o controle social, garantindo espaço para a representação sindical dos trabalhadores no serviço público federal com estrita separação em relação aos órgãos de gestão;
- Ampliar a capacitação do movimento sindical da Condsef/Fenadsef na área de comunicação sindical digital, com cursos nacionais, assessoria especializada;
- Realizar campanhas de formação sobre negociação coletiva no setor público, preparando os trabalhadores e dirigentes sindicais do setor público para o novo cenário com a MNNP e as Mesas Setoriais;
- Criar a TV e a Rádio dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Setor Público, com programação permanente, com o objetivo de informar e de formar a categoria;
- Inserção no mercado de trabalho de setores hoje marginalizados da sociedade (sobretudo mulheres, população negra);
- Unificar as bandeiras de luta que são comuns ao setor público e privado;
- Defesa da democracia e da classe trabalhadora.

ANISTIADOS

- Transposição para o RJU (ADIN 2135) dos anistiados que retornaram para os Ministérios (ADM Pública Federal Direta) como CLT,

Assinam:

Secretaria-Geral

Sérgio Ronaldo da Silva - DF

José Felipe Pereira - PE

José Carlos de Oliveira - PE

Secretaria de Administração

Jussara Griffo - MG

Dérmio Antonio Fillipi - SC

Edilson José Muniz - DF

Secretaria de Finanças

Pedro Armengol de Souza - PI

Gilberto Rosas - RR

Marco Antônio de Lima Nunes - AP

Secretaria de Imprensa e Comunicação

Luís Cláudio de Santana - RJ

Sérgio Nilo da Silva - RJ

Secretaria de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe

Edison Vitor Cardoni - DF

Gediel Ribeiro de Araújo Júnior - DF

José de Assis - CE

Secretaria de Política Sindical e Formação

José Ribamar Figueiredo Nascimento - MA

Rosemary Manozzo - RS

Jurandir Pereira Liberal - PE

Secretaria de Relações Internacionais

Edvaldo Andrade Pitanga - BA

José Ubaldo Silva de Santana - BA

Walter Matos de Moraes - AM

Secretaria de Políticas Públicas e Sociais

Elna Maria de Barros Melo - PE

Reinaldo Felipe dos Santos - DF

Ricardo Abel Garcia de Passos - SE

Secretaria de Movimentos Sociais

Maria Neuziana T. C. Uchôa - AP

Maria Gizélia da Rocha Fonseca - RN
Eduardo Magno Teixeira - PA

Secretaria de Aposentados e Pensionistas

Herclus Antônio Coelho de Lima - RO
José Alves de Souza Filho - PR
Wilton Marques - RO

Secretaria de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual

Erilza Galvão dos Santos - BA
Carlos Antônio de Abreu - DF
Ismael José César - DF

Secretaria da Saúde do Trabalhador

Paulo da Silva Vieira - RO
Joana Darc dos Santos Lima - RO
Arlene Carvalho da Silva - RJ

Secretaria de Relações do Trabalho

Carlos Alberto de Almeida - MT
Francisco Assis de Queiroga - PB
Fernando Pivetta - MT

Direção Nacional - Suplentes

Adilson Nascimento dos Santos - MS
Mirian Vaz Parente - DF

Conselho Fiscal - Titular

Francisco Adriano Duarte Fernandes - CE
Almerindo Leite Farias Filho - AP
Dealci Alves Ferreira - ES

Conselho Fiscal - Suplente

José Martins de Oliveira - PI
João Seno de Moura - PI

Raul Bittencourt Pedreira - Secretário-Geral do Sindisep-RJ

Almir José Silva - Presidente do Sindsef-RO